

PREF. MUNIC. AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 1

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		5.796.429,74	13.317.301,71	PASSIVO CIRCULANTE		5.591.049,70	898.139,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.796.429,74	13.317.301,71	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		222.309,40	164.614,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		5.796.429,74	13.317.301,71	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		222.309,40	164.614,11
CONTA ÚNICA	F	5.796.429,74	13.317.301,71	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	161.105,84	129.938,88
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	26.086,76	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	35.116,80	34.675,23
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		4.865.861,92	337.910,54
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		4.865.861,92	337.910,54
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	4.852.233,92	337.910,54
				CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	13.628,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		64.874.128,03	61.460.769,50	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		25.162,42	24.554,36
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		9.927.522,42	9.101.753,93	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		25.162,42	24.554,36
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		9.927.522,42	9.101.753,93	PIS/PASEP A RECOLHER	F	0,00	289,78
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	234.595,44	234.595,44	PIS/PASEP A RECOLHER	F	25.162,42	24.264,58
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	11.502.525,52	10.541.827,24	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P	-1.809.598,54	-1.674.668,75	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		477.715,96	371.060,72
IMOBILIZADO		54.946.605,61	52.359.015,57	VALORES RESTITUÍVEIS		328.143,38	371.060,72
BENS MÓVEIS		5.225.948,78	4.919.181,60	CONSIGNAÇÕES	F	327.943,18	370.860,52
BENS DE INFORMÁTICA	P	220.270,97	207.025,09	DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	200,20	200,20
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	548.899,81	527.445,11	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		149.572,58	0,00
VEÍCULOS	P	1.570.824,11	1.317.824,11	CONVÊNIOS A PAGAR	F	65.000,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	77.853,35	61.452,35	Outras Obrigações a Curto Prazo	F	84.572,58	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	2.808.100,54	2.805.434,94	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		11.654.377,51	12.104.769,60
BENS IMÓVEIS		61.687.449,23	53.035.691,17	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		3.313.390,52	3.763.782,61
INSTALAÇÕES	P	1.782.497,18	1.782.497,18	PESSOAL A PAGAR		1.262.662,07	1.641.563,16
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	3.146.902,60	2.472.274,33	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	P	1.262.662,07	1.641.563,16
BENS DE USO ESPECIAL	P	1.020.041,13	810.041,13	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		2.050.728,45	2.122.219,45
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	55.738.008,32	47.970.878,53	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	2.050.728,45	2.122.219,45
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-11.966.792,40	-5.595.857,20	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		8.000.000,00	8.000.000,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-3.024.891,59	-2.822.701,31	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO		8.000.000,00	8.000.000,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-8.941.900,81	-2.773.155,89	OUTROS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	P	8.000.000,00	8.000.000,00
INTANGÍVEL		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		340.986,99	340.986,99
DIFERIDO		0,00	0,00				
TOTAL		70.670.557,77	74.778.071,21				



PREF. MUNIC. AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO		340.986,99	340.986,99
				PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	P	340.986,99	340.986,99
				OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
				PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
				RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
				TOTAL PASSIVO		17.245.427,21	13.002.909,33
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.425.130,56	61.775.161,88				
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00				
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00				
RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00				
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00				
RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00				
DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00				
RESULTADOS ACUMULADOS		53.425.130,56	61.775.161,88				
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		53.425.130,56	61.775.161,88				
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-8.350.031,32	625.332,61				
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		61.775.161,88	61.149.829,27				
(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00				
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.425.130,56	61.775.161,88				
TOTAL		70.670.557,77	74.778.071,21				

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRC-PE: 021.866/O-8
 CPF.: 024.410.444-19

ALESANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE
 PREFEITO

Documento Assinado Digitalmente por: ALESANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CPF.: 027.702.884-88



PREF. MUNIC. AFOGADOS DA INGAZEIRA
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		5.796.429,74	13.317.301,71	PASSIVO FINANCEIRO (5.591.049,70)+RP não Proc.(72.504,30)		5.663.554,00	1.496.177,64
ATIVO PERMANENTE		64.874.128,03	61.460.769,50	PASSIVO PERMANENTE		11.654.377,51	12.104.769,60
				SALDO PATRIMONIAL		53.352.626,26	61.177.123,97

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19

ALESANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE
PREFEITO
CPF.: 027.702.354-86



PREF. MUNIC. AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		7.019.216,50	3.983.179,21
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		7.019.216,50	3.983.179,21
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		7.019.216,50	3.983.179,21

 JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRC-PE: 021.866/O-8
 CPF.: 024.410.444-19

 ALESANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE
 PREFEITO
 CPF.: 027.702.354-86



PREF. MUNIC. AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2023

Dezembro(31/12/2023)

Pág.: 1

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		5.796.429,74	13.317.301,71	PASSIVO CIRCULANTE		5.591.049,70	898.139,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.796.429,74	13.317.301,71	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		222.309,40	164.614,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		5.796.429,74	13.317.301,71	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		222.309,40	164.614,11
CONTA ÚNICA		5.796.429,74	13.317.301,71	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		161.105,84	129.938,88
TOTAL		5.796.429,74	13.317.301,71	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		26.086,76	0,00
				CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		35.116,80	34.675,23
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		4.865.861,92	337.910,54
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		4.865.861,92	337.910,54
				FORNECEDORES NACIONAIS		4.852.233,92	337.910,54
				CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		13.628,00	0,00
				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		25.162,42	24.554,36
				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		25.162,42	24.554,36
				PIS/PASEP A RECOLHER		0,00	289,78
				PIS/PASEP A RECOLHER		25.162,42	24.264,58
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		477.715,96	371.060,72
				VALORES RESTITUÍVEIS		328.143,38	371.060,72
				CONSIGNAÇÕES		327.943,18	370.860,52
				DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS		200,20	200,20
				OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		149.572,58	0,00
				Outras Obrigações a Curto Prazo		84.572,58	0,00
				CONVÊNIOS A PAGAR		65.000,00	0,00
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		72.504,30	598.037,91
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		72.504,30	598.037,91
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		72.504,30	136.362,56
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		72.504,30	136.362,56
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	461.675,35
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	461.675,35
				TOTAL		5.663.554,00	1.496.177,64

 JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

 ALEANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE

PREFEITO

CPF.: 027.702.354-86



PREF. MUNIC. AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2023

Dezembro(31/12/2023)

Pág.: 1

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE		64.874.128,03	61.460.769,50	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		11.654.377,51	12.104.769,60
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		9.927.522,42	9.101.753,93	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		3.313.390,52	3.763.782,61
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		9.927.522,42	9.101.753,93	PESSOAL A PAGAR		1.262.662,07	1.641.563,16
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		11.502.525,52	10.541.827,24	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO		1.262.662,07	1.641.563,16
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		234.595,44	234.595,44	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		2.050.728,45	2.122.219,45
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO		-1.809.598,54	-1.674.668,75	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		2.050.728,45	2.122.219,45
IMOBILIZADO		54.946.605,61	52.359.015,57	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		8.000.000,00	8.000.000,00
BENS MÓVEIS		5.225.948,78	4.919.181,60	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO		8.000.000,00	8.000.000,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		77.853,35	61.452,35	OUTROS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO		8.000.000,00	8.000.000,00
BENS DE INFORMÁTICA		220.270,97	207.025,09	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		340.986,99	340.986,99
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		548.899,81	527.445,11	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZ		340.986,99	340.986,99
VEÍCULOS		1.570.824,11	1.317.824,11	PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO		340.986,99	340.986,99
DEMAIS BENS MÓVEIS		2.808.100,54	2.805.434,94				
BENS IMÓVEIS		61.687.449,23	53.035.691,17	TOTAL		11.654.377,51	12.104.769,60
BENS DE USO ESPECIAL		1.020.041,13	810.041,13				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO		3.146.902,60	2.472.274,33				
INSTALAÇÕES		1.782.497,18	1.782.497,18				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		55.738.008,32	47.970.878,53				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-11.966.792,40	-5.595.857,20				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-3.024.891,59	-2.822.701,31				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-8.941.900,81	-2.773.155,89				
TOTAL		64.874.128,03	61.460.769,50				

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19

ALESANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE
PREFEITO
CPF.: 027.702.354-86



PREF. MUNIC. AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro (31/12/2023)

Pág.: 1

Exercício de 2023

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	132.875,74	11.821.124,07
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	132.875,74	11.821.124,07
TOTAL		132.875,74	11.821.124,07

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

ALESANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE

PREFEITO

CPF.: 027.702.354-86

Documento Assinado Digitalmente por: ALESANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35aff8





APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial Individual (BPI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 216, de 06 de dezembro de 2023, conforme anexos XIX e XXII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPSP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCEPE, dentre elas a utilização de referências cruzadas e das siglas “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O resultado patrimonial foi de R\$ 53.425.130,56 (superavitário). Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o exercício, definido no §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final do balanço patrimonial, no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro, o valor total de R\$ 132.875,74 (positivo), os quais serão detalhados nas notas explicativas.

A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.



a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1.Nome do órgão ou entidade:

Município de Afogados da Ingazeira

a.2.Natureza jurídica (conforme código da RFB):

124-4 – Município

a.3.CNPJ:

10.346.096/0001-06

a.4.Domicílio do órgão ou entidade:

Praça Mons Arruda Câmara, 20, Centro, Afogados da Ingazeira – PE, CEP.: 56.800,00

a.5.Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

A Prefeitura Municipal concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. Para tanto, em sua estrutura constam secretarias, departamentos. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6.Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da Prefeitura Municipal de Afogados da Ingazeira – PE.

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:



b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração que as opções e premissas da legislação afetam a contabilidade aplicada ao setor público.

b.2. Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 216/2023.

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade Notas Explicativas (De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 216, de 06 de dezembro de 2023).

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio.

Durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 3.2.3 à página 442 da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.



As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.

As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.



As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.3.Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.



Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo



Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.



Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.



Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:



A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

ATIVO CIRCULANTE (NOTA 1)		5.796.429,74	13.317.301,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (NOTA 2)		5.796.429,74	13.317.301,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		5.796.429,74	13.317.301,71
CONTA ÚNICA	F	5.796.429,74	13.317.301,71
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (NOTA 3)		0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 5.796.429,74, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas no exercício somam R\$ 5.796.429,74.

Nota 3) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos “F” e “P”:

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	0,00	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber de Entidades Federais	0,00	P
Subtotal	0,00	P
TOTAL	0,00	



ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 4)	64.874.128,03	61.460.769,50
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (NOTA 5)	9.927.522,42	9.101.753,93
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	9.927.522,42	9.101.753,93
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P 234.595,44	234.595,44
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P 11.502.525,52	10.541.827,24
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P -1.809.598,54	-1.674.668,75
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
IMOBILIZADO (NOTA 6)	54.946.605,61	52.359.015,57
BENS MÓVEIS	5.225.948,78	4.919.181,60
BENS DE INFORMÁTICA	P 220.270,97	207.025,09
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 548.899,81	527.445,11
VEÍCULOS	P 1.570.824,11	1.317.824,11
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 77.853,35	61.452,35
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 2.808.100,54	2.805.434,94
BENS IMÓVEIS	61.687.449,23	53.035.691,17
INSTALAÇÕES	P 1.782.497,18	1.782.497,18
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P 3.146.902,60	2.472.274,33
BENS DE USO ESPECIAL	P 1.020.041,13	810.041,13
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P 55.738.008,32	47.970.878,53
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-11.966.792,40	-5.595.857,20
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P -3.024.891,59	-2.822.701,31
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P -8.941.900,81	-2.773.155,89
INTANGÍVEL	0,00	0,00
DIFERIDO	0,00	0,00

Nota 4) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível totalizam R\$ 64.874.128,03.

Nota 5) ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO: O valor de R\$ 9.927.522,42, corresponde a R\$ 11.502.525,52 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 234.595,44 da Dívida Ativa Não Tributária, abatido o valor de R\$ 1.809.598,54, relativo ao ajuste para perdas. Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Sendo assim, adotamos como critério para as provisões para credores de liquidação duvidosa a média de arrecadação dos últimos três exercícios e o percentual de perda real. Obs.: Foram considerados os apurados em 2021, 2022 e o apurado em 2023. A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos percentuais de inadimplência com relação aos montantes inscritos no exercício. A constituição da perda estimada é realizada anualmente sendo ajustada à medida que fatos relevantes aconteçam.

Nota 6) IMOBILIZADO: O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 54.946.605,61.

**DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)**

Descrição	Valor (R\$)	
	2023	2022
Bens móveis	5.225.948,78	4.919.181,60
Bens imóveis	61.687.449,23	53.035.691,17
Depreciação/amortização/exaustão acumulada	-11.966.792,40	-5.595.857,20
Total	54.946.605,61	52.359.015,57



PASSIVO CIRCULANTE		5.591.049,70	898.139,73
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		222.309,40	164.614,11
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR (NOTA 8)		222.309,40	164.614,11
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	161.105,84	129.938,88
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	26.086,76	0,00
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	35.116,80	34.675,23
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		4.865.861,92	337.910,54
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO (NOTA 9)		4.865.861,92	337.910,54
FORNECEDORES NACIONAIS	F	4.852.233,92	337.910,54
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	13.628,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		25.162,42	24.554,36
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO (NOTA 10)		25.162,42	24.554,36
PIS/PASEP A RECOLHER	F	0,00	289,78
PIS/PASEP A RECOLHER	F	25.162,42	24.264,58
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		477.715,96	371.060,72
VALORES RESTITUÍVEIS (NOTA 11)		328.143,38	371.060,72
CONSIGNAÇÕES	F	327.943,18	370.860,52
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F	200,20	200,20
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		149.572,58	0,00
CONVÊNIO A PAGAR	F	65.000,00	0,00
Outras Obrigações a Curto Prazo	F	84.572,58	0,00

Nota 7) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 5.591.049,70.

Nota 8) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O saldo da conta Encargos Sociais a Pagar, registrou em 31/12/2023, um montante de R\$ 222.309,40.

Nota 9) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO: O saldo das contas Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar Credores Nacionais, registraram em 31/12/2023, um montante de R\$ 4.865.861,92.

Nota 10) OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO: O saldo da conta Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União, registrou em 31/12/2023, um montante de R\$ 25.162,42.

Nota 11) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: O saldo das demais obrigações a curto prazo foi de R\$ 477.715,96. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se no demonstrado de forma analítica no Demonstrativo da Dívida Flutuante.



PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (NOTA 12)		11.654.377,51	12.104.769,60
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO PESSOAL A PAGAR		3.313.390,52	3.763.782,61
PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	P	1.262.662,07	1.641.563,16
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		2.050.728,45	2.122.219,45
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	2.050.728,45	2.122.219,45
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		8.000.000,00	8.000.000,00
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO		8.000.000,00	8.000.000,00
OUTROS EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	P	8.000.000,00	8.000.000,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		340.986,99	340.986,99
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO		340.986,99	340.986,99
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	P	340.986,99	340.986,99
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00

Nota 12) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 11.654.377,51, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 13)		53.425.130,56	61.775.161,88
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		53.425.130,56	61.775.161,88
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		53.425.130,56	61.775.161,88
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-8.350.031,32	625.332,61
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		61.775.161,88	61.149.829,27
(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00

NOTA 13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 53.425.130,56. A seguir detalharemos o resultado:

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS (MCASP 9ª Edição p. 514)

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	61.775.161,88
Resultado do Exercício	-8.350.031,32
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.425.130,56

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO (NOTA 14)		5.796.429,74	13.317.301,71	PASSIVO FINANCEIRO(S 191.049,70+RP não Prec(72.504,30) (NOTA 16)		5.861.554,00	1.466.177,84
ATIVO PERMANENTE (NOTA 15)		64.874.128,02	61.460.769,50	PASSIVO PERMANENTE (NOTA 17)		11.654.377,51	12.104.769,58
				SALDO PATRIMONIAL (NOTA 18)		53.351.020,25	61.177.123,97

Nota 14) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 5.796.429,74.



Nota 15) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 64.874.128,03.

Nota 16) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 5.591.049,70, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 72.504,30 perfazem o total de R\$ 5.663.554,00.

Nota 17) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 11.654.377,51.

Nota 18) SALDO PATRIMONIAL: O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 53.352.626,26, superavitário.

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811a)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812a)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO (NOTA 16)		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO (NOTA 16)		7.019.116,50	3.983.179,11
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENCIONADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENCIONADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		7.019.116,50	3.983.179,11
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		7.019.116,50	3.983.179,11

Nota 16) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS E PASSIVOS: Os atos potenciais ativos ao final do exercício totalizaram R\$ 0,00. O valor do saldo dos atos potenciais passivos foi de R\$ 7.019.216,50. Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturados no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64): O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 132.875,74, (superavitário).

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros. Sugerimos na qualidade de consultoria contábil que o controle interno adote as medidas necessárias junto aos gestores e tesoureiros para a obediência as regras estabelecidas para o gerenciamento mensal das fontes/destinação de recursos.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:



Não houve registro de passivos contingentes.

d.2.Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da entidade.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2023

R\$ 0,00

(Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.)

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2023

R\$ 0,00

(Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.)

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 216/2023 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não



circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve no exercício bens recebidos por doação.

h.4. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão. Não houve perda de bens por inservibilidade.



h.8.Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.9.Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.10.Perdas da Dívida Ativa:

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício.

h.11.Informações adicionais (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.12.Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC TSP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.13.Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC TSP 03 – Item 103):

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.14.Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 9ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC TSP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.



h. 20. Passivos Perdoados (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

h. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC TSP 01 – Item 107):

Não houve registro para esta entidade.

h. 22. Ativos Contingentes (NBC TSP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC TSP 03 – Item 103):

Não houve registro para esta entidade.

h. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades abaixo de 50.000 habitantes.

Portaria-STN 634/2013	Prazos para implantação portaria-STN nº 548/2015	PIPCP- evolução
I- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Imediato (a partir de 2015) - Dívida Ativa e os respectivos ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2017- Créditos a receber (exceto tributários, previdenciários e contribuições), bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2019- Ativos contingentes;	Implantado
	A partir de 01/01/2020- Créditos tributários e de contribuições por competência (exceto créditos previdenciários); e Créditos previdenciários por competência , bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigação relacionadas à repartição de receitas.	Implantado
II- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	Imediato (a partir de 2015) - Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Implantado
	A partir de 01/01/2016 - Obrigações com fornecedores por competência.	Implantado



	A partir de 01/01/2019 - Passivos contingentes; Provisões por competência; e Obrigações por competência (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias).	Implantado
III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;	A partir de 01/01/2019 - Bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura); respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Implantado
	A partir de 01/01/2020 – Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Implantado
IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;	A partir de 01/01/2019- Depreciação e exaustão dos bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura).	Implantado

F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 1

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:3 - F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		1.564.576,42	1.397.048,58	PASSIVO CIRCULANTE		2.118.172,76	573.089,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		529.055,28	1.366.639,33	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		206.208,11	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		529.055,28	1.366.639,33	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		206.208,11	0,00
CONTA ÚNICA	F	529.055,28	1.366.639,33	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	43.948,31	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	162.259,80	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		1.035.521,14	30.409,25	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		1.035.521,14	30.409,25	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		1.359.423,82	424.181,77
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES FEDERAIS	P	1.035.521,14	30.409,25	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		1.359.423,82	424.181,77
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	F	1.352.748,62	424.128,47
ESTOQUES		0,00	0,00	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	6.675,20	53,30
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.874.028,19	11.466.334,92	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		552.540,83	148.908,20
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	VALORES RESTITUÍVEIS		439.216,40	148.908,20
IMOBILIZADO		11.874.028,19	11.466.334,92	CONSIGNAÇÕES	F	439.216,40	148.908,20
BENS MÓVEIS		7.838.398,96	7.458.464,39	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		113.324,43	0,00
BENS DE INFORMÁTICA	P	774.528,25	730.188,73	Outras Obrigações a Curto Prazo	F	113.324,43	0,00
VEÍCULOS	P	2.691.840,00	2.566.950,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	368.461,83	347.230,13	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	30.462,00	24.422,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	3.024.361,43	2.809.744,28	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	948.745,45	979.929,25	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS		9.082.193,59	8.474.902,43	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	5.014.541,13	4.981.745,27	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS DE USO ESPECIAL	P	23.000,00	23.000,00	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	4.044.652,46	3.470.157,16	TOTAL PASSIVO		2.118.172,76	573.089,97
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-5.046.564,36	-4.467.031,90				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-3.561.241,63	-2.982.807,88				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-1.485.322,73	-1.484.224,02				
INTANGÍVEL		0,00	0,00				
DIFERIDO		0,00	0,00				
TOTAL		13.438.604,61	12.863.383,50				

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.320.431,85	12.290.293,53



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:3 - F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
				ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
				DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		11.320.431,85	12.290.293,53
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		11.320.431,85	12.290.293,53
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-969.861,68	-520.623,71
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		12.290.293,53	12.810.917,24
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.320.431,85	12.290.293,53
				TOTAL		13.438.604,61	12.863.383,50

ARTUR BELARMINO AMORIM
 SECRETÁRIO DE SAÚDE
 CPF.: 057.246.464-98

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRCPE: 021.866/O-8

Documento Assinado Digitalmente por: ALEXANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Assinado em: 2023-12-31 10:42:18
 Acesso em: https://eicf.ce.gov.br/epd/validarDoc?tema=Ediçao do documento: 519513d3-c61a-41b5-965b-0d21db35a1f8



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		529.055,28	1.366.639,33	PASSIVO FINANCEIRO (2.118.172,76)+RP não Proc.(0,00)		2.118.172,76	877.649,76
ATIVO PERMANENTE		12.909.549,33	11.496.744,17	PASSIVO PERMANENTE		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL		11.320.431,85	11.985.733,74

ARTUR BELARMINO AMORIM
SECRETÁRIO DE SAÚDE
CPF.: 057.246.464-98

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRCPE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		43.479,96	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		4.866.170,12	277.888,13
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		43.479,96	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		4.866.170,12	277.888,13
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		43.479,96	0,00	TOTAL		4.866.170,12	277.888,13

ARTUR BELARMINO AMORIM
 SECRETÁRIO DE SAÚDE
 CPF.: 057.246.464-98

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRCPE: 021.866/O-8
 CPF.: 024.410.444-19



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2023

Dezembro(31/12/2023)

Pág.: 1

ISOLADO:3 - F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		529.055,28	1.366.639,33	PASSIVO CIRCULANTE		2.118.172,76	573.089,97
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		529.055,28	1.366.639,33	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		206.208,11	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		529.055,28	1.366.639,33	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		206.208,11	0,00
CONTA ÚNICA		529.055,28	1.366.639,33	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		43.948,31	0,00
TOTAL		529.055,28	1.366.639,33	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		162.259,80	0,00
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		1.359.423,82	424.181,77
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		1.359.423,82	424.181,77
				FORNECEDORES NACIONAIS		1.352.748,62	424.128,47
				CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		6.675,20	53,30
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		552.540,83	148.908,20
				VALORES RESTITUÍVEIS		439.216,40	148.908,20
				CONSIGNAÇÕES		439.216,40	148.908,20
				OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		113.324,43	0,00
				Outras Obrigações a Curto Prazo		113.324,43	0,00
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		0,00	304.559,79
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		0,00	304.559,79
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		0,00	160.001,71
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		0,00	160.001,71
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	144.558,08
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	144.558,08
				TOTAL		2.118.172,76	877.649,76

ARTUR BELARMINO AMORIM
SECRETÁRIO DE SAÚDE
CPF.: 057.246.464-98

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRCPE: 021.866/O-8

Documento Assinado Digitalmente por: ALEANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CPF.: 024.410.444-19
Acesse em: https://eicrce.gov.br/ep/validarCodigo do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af88



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2023

Dezembro(31/12/2023)

Pág.: 1

ISOLADO:3 - F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		1.035.521,14	30.409,25				
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		1.035.521,14	30.409,25				
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		1.035.521,14	30.409,25				
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES FEDERAIS		1.035.521,14	30.409,25				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.874.028,19	11.466.334,92				
IMOBILIZADO		11.874.028,19	11.466.334,92				
BENS MÓVEIS		7.838.398,96	7.458.464,39				
BENS DE INFORMÁTICA		774.528,25	730.188,73				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		368.461,83	347.230,13				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		30.462,00	24.422,00				
VEÍCULOS		2.691.840,00	2.566.950,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS		948.745,45	979.929,25				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		3.024.361,43	2.809.744,28				
BENS IMÓVEIS		9.082.193,59	8.474.902,43				
BENS DE USO ESPECIAL		23.000,00	23.000,00				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO		5.014.541,13	4.981.745,27				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		4.044.652,46	3.470.157,16				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-5.046.564,36	-4.467.031,90				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-3.561.241,63	-2.982.807,88				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-1.485.322,73	-1.484.224,02				
TOTAL		12.909.549,33	11.496.744,17				

ARTUR BELARMINO AMORIM
SECRETÁRIO DE SAÚDE
CPF.: 057.246.464-98

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRCPE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19

Documento Assinado Digitalmente por: ALEANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: [https://eccc.ce.gov.br/epp/validarDoc?cam=Código do documento:519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35a1f8](https://eccc.ce.gov.br/epp/validarDoc?cam=Código%20do%20documento:519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35a1f8)



F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro (31/12/2023)

ISOLADO:3 - F. M. SAÚDE AFOGADOS DA INGAZEIRA

Exercício de 2023

Pág.: 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
01	VINCULADO	-1.589.117,48	488.989,57
1600000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	329.530,24	975.393,70
1622000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais (Recursos do Exercício Corrente)	-1.918.647,72	-486.404,13
TOTAL		-1.589.117,48	488.989,57

ARTUR BELARMINO AMORIM
SECRETÁRIO DE SAÚDE
CPF.: 057.246.464-98

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRCPE: 021.866/0-8
CPF.: 024.410.444-19

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35aff8





APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial Individual (BPI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 216, de 06 de dezembro de 2023, conforme anexos XIX e XXII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCEPE, dentre elas a utilização de referências cruzadas e das siglas “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O resultado patrimonial foi de R\$ 11.320.431,85 (superavitário). Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o exercício, definido no §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final do balanço patrimonial, no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro, o valor total de R\$ 1.589.117,48 (negativo), os quais serão detalhados nas notas explicativas.

A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.



a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1.Nome do órgão ou entidade:

Fundo Municipal de Saúde - FMS

a.2.Natureza jurídica (conforme código da RFB):

133-3 – Fundo Público da Administração Direta Municipal

a.3.CNPJ:

11.308.823/0001-03

a.4.Domicílio do órgão ou entidade:

Avenida Rio Branco, 296, Centro, Afogados da Ingazeira – PE, CEP.: 56.800-00

a.5.Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

A natureza jurídica do Fundo Municipal de Saúde de Afogados da Ingazeira, perante a Receita Federal do Brasil, está classificada sob o código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal”. Suas principais atividades e atribuições são otimizar a repartição dos recursos a serem alocados à saúde; promover as relações entre o Município e demais entes federados por meio do Sistema Único de Saúde (SUS); gerar informações específicas que possibilitem apurar despesas e custos com os serviços de saúde; avaliar o desempenho dos serviços ofertados e dos seus agentes; melhorar a transparência das informações quanto à aplicação dos recursos em saúde e controle do Poder Público pela sociedade, de acordo com princípios de democratização da gestão da saúde; e propiciar autonomia administrativa, financeira e decisória, propiciando maior agilidade e flexibilidade de gestão no setor saúde.

a.6.Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais do Fundo Municipal de Saúde de Afogados da Ingazeira - (FMS).



b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração que as opções e premissas da legislação afetam a contabilidade aplicada ao setor público.

b.2. Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 216/2023.

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade Notas Explicativas (De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 216, de 06 de dezembro de 2023).

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio.

Durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 3.2.3 à página 442 da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.



As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.

As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.



As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.3.Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.



Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo



Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.



Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais



Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:



A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

ATIVO CIRCULANTE (NOTA 1)		1.564.576,42	1.397.048,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (NOTA 2)		529.055,28	1.366.639,33
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		529.055,28	1.366.639,33
CONTA ÚNICA	F	529.055,28	1.366.639,33
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (NOTA 3)		1.035.521,14	30.409,25
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		1.035.521,14	30.409,25
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES FEDERAIS	P	1.035.521,14	30.409,25
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 1.564.576,42, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas no exercício somam R\$ 529.055,28.

Nota 3) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos “F” e “P”:

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	0,00	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber de Entidades Federais	1.035.521,14	P
Subtotal	1.035.521,14	P
TOTAL	1.035.521,14	



ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 4)		11.874.028,19	11.466.334,92
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00
IMOBILIZADO (NOTA 5)		11.874.028,19	11.466.334,92
BENS MÓVEIS		7.838.398,96	7.458.464,39
BENS DE INFORMÁTICA	P	774.528,25	730.188,73
VEÍCULOS	P	2.691.840,00	2.566.950,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	368.461,83	347.230,13
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	30.462,00	24.422,00
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	3.024.361,43	2.809.744,28
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	948.745,45	979.929,25
BENS IMÓVEIS		9.082.193,59	8.474.902,43
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	5.014.541,13	4.981.745,27
BENS DE USO ESPECIAL	P	23.000,00	23.000,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	4.044.652,46	3.470.157,16
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-5.046.564,36	-4.467.031,90
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-3.561.241,63	-2.982.807,88
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P	-1.485.322,73	-1.484.224,02
INTANGÍVEL		0,00	0,00
DEFERIDO		0,00	0,00

Nota 4) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível totalizam R\$ 11.874.028,19.

Nota 5) IMOBILIZADO: O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 11.874.028,19.

**DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)**

Descrição	Valor (R\$)	
	2023	2022
Bens móveis	7.838.398,96	7.458.464,39
Bens imóveis	9.082.193,59	8.474.902,43
Depreciação/amortização/exaustão acumulada	-5.046.564,36	-4.467.031,90
Total	11.874.028,19	11.466.334,92

PASSIVO CIRCULANTE (NOTA 6)		2.118.172,76	573.089,97
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (NOTA 7)		206.208,11	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		206.208,11	0,00
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	43.948,31	0,00
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	162.259,80	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (NOTA 8)		1.359.423,82	424.181,77
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		1.359.423,82	424.181,77
FORNECEDORES NACIONAIS	F	1.352.748,62	424.128,47
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	6.675,20	53,30
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (NOTA 9)		552.540,83	148.908,20
VALORES RESTITUÍVEIS		439.216,40	148.908,20
CONSIGNAÇÕES	F	439.216,40	148.908,20
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		113.324,43	0,00
Outras Obrigações a Curto Prazo	F	113.324,43	0,00

Nota 6) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 2.118.172,76.



NOTA 7) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O saldo das contas Pessoal a Pagar e Encargos Sociais a Pagar, registraram em 31/12/2023, um montante de R\$ 206.208,11.

Nota 8) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO: O saldo das contas Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar Credores Nacionais, registraram em 31/12/2023, um montante de R\$ 1.359.423,82

Nota 9) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: O saldo das demais obrigações a curto prazo foi de R\$ 552.540,83. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se no demonstrado de forma analítica no Demonstrativo da Dívida Flutuante.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (NOTA 10)	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00

Nota 10) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 0,00, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 11)		11.320.431,85	12.290.293,53
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		11.320.431,85	12.290.293,53
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		11.320.431,85	12.290.293,53
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-969.861,68	-520.623,71
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		12.290.293,53	12.810.917,24
(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00

Nota 11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 11.320.431,85. A seguir detalharemos o resultado:

**DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)**

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	12.290.293,53
Resultado do Exercício	-969.861,68
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.320.431,85



ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO (NOTA 12)		329.053,28	1.366.039,33	PASSIVO FINANCEIRO (2.118.172,76-RP não Proc.(2,00) (NOTA 14)		2.118.172,76	877.049,76
ATIVO PERMANENTE (NOTA 13)		12.909.549,33	11.496.744,17	PASSIVO PERMANENTE (NOTA 15)		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL (NOTA 16)		11.320.431,85	11.985.733,74

Nota 12) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 529.055,28.

Nota 13) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 12.909.549,33.

Nota 14) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 2.118.172,76, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 0,00 perfazem o total de R\$ 2.118.172,76.

Nota 15) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 0,00.

Nota 16) SALDO PATRIMONIAL: O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 11.320.431,85, superavitário.

QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64): O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 1.589.117,48, (deficitário).

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros. Sugerimos na qualidade de consultoria contábil que o controle interno adote as medidas necessárias junto aos gestores e tesoureiros para a obediência as regras estabelecidas para o gerenciamento mensal das fontes/destinação de recursos.

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas de Grupo 011xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas de Grupo 012xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO (NOTA 16)		43.479,96	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO (NOTA 16)		4.866.170,12	277.889,13
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		43.479,96	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		4.866.170,12	277.889,13
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		43.479,96	0,00	TOTAL		4.866.170,12	277.889,13

Nota 17) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS E PASSIVOS: Os atos potenciais ativos ao final do exercício totalizaram R\$ 43.479,96. O valor do saldo dos atos potenciais passivos foi de R\$



4.866.170,12. Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturados no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2023

R\$ 0,00

(Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.)

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2023

R\$ 0,00

(Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.)

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.



h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 216/2023 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve no exercício bens recebidos por doação.

h.4. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):



Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão. Não houve perda de bens por inservibilidade.

h.8. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.9. Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.10. Perdas da Dívida Ativa:

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício.

h.11. Informações adicionais (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC TSP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC TSP 03 – Item 103):

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 9ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC TSP 01 – Item 106):



Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC TSP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h. 20. Passivos Perdoados (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

h. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC TSP 01 – Item 107):

Não houve registro para esta entidade.

h. 22. Ativos Contingentes (NBC TSP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC TSP 03 – Item 103):

Não houve registro para esta entidade.

h. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades abaixo de 50.000 habitantes.

Portaria-STN 634/2013	Prazos para implantação portaria-STN nº 548/2015	PIPCP- evolução
I- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Imediato (a partir de 2015) - Dívida Ativa e os respectivos ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2017- Créditos a receber (exceto tributários, previdenciários e contribuições), bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2019- Ativos contingentes ;	Implantado
	A partir de 01/01/2020- Créditos tributários e de contribuições por competência (exceto créditos previdenciários); e Créditos previdenciários por competência , bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigação relacionadas à repartição de receitas.	Implantado



II- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	Imediato (a partir de 2015)- Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Implantado
	A partir de 01/01/2016 - Obrigações com fornecedores por competência.	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - Passivos contingentes; Provisões por competência; e Obrigações por competência (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias).	Implantado
III- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;	A partir de 01/01/2019- Bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura); respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Implantado
	A partir de 01/01/2020 – Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Implantado
IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;	A partir de 01/01/2019- Depreciação e exaustão dos bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura).	Implantado

FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 2

ISOLADO:6 - FUNDO MUL. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL		28.818.158,33	28.314.149,26				
				PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
				ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
				DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		22.448.965,72	24.649.916,12
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		22.448.965,72	24.649.916,12
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-2.200.950,40	2.339.991,07
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		24.649.916,12	22.309.925,05
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.448.965,72	24.649.916,12
				TOTAL		28.818.158,33	28.314.149,26

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Assinado em: 2023/12/31 14:52:00
CPF.: 039.720.01452



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		1.055.042,80	293.446,58	PASSIVO FINANCEIRO (6.369.192,61)+RP não Proc.(0,00)		6.369.192,61	3.664.233,14
ATIVO PERMANENTE		27.763.115,53	28.020.702,68	PASSIVO PERMANENTE		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL		22.448.965,72	24.649.916,12

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		8.243.644,29	6.636.539,51
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		8.243.644,29	6.636.539,51
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		8.243.644,29	6.636.539,51

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2023

Dezembro(31/12/2023)

Pág.: 1

ISOLADO:6 - FUNDO MUL. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		1.188.023,30	3.400.369,85				
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		1.188.023,30	3.400.369,85				
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		1.188.023,30	3.400.369,85				
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUN		1.188.023,30	3.400.369,85				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		26.575.092,23	24.620.332,83				
IMOBILIZADO		26.575.092,23	24.620.332,83				
BENS MÓVEIS		14.567.664,86	13.773.780,89				
BENS DE INFORMÁTICA		3.045.231,80	3.016.851,84				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		3.001.811,03	2.487.668,63				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		64.464,00	5.560,00				
VEÍCULOS		2.428.480,00	2.428.480,00				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		3.166.064,77	2.992.479,16				
DEMAIS BENS MÓVEIS		2.861.613,26	2.842.741,26				
BENS IMÓVEIS		21.273.323,38	16.887.937,14				
BENS DE USO COMUM DO POVO		70,00	70,00				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO		12.659.212,07	8.877.692,82				
INSTALAÇÕES		4.464.387,85	3.860.520,86				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		4.149.653,46	4.149.653,46				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-9.265.896,01	-6.041.385,20				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-4.622.995,23	-3.525.809,77				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-4.642.900,78	-2.515.575,43				
TOTAL		27.763.115,53	28.020.702,68				

 JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRC-PE: 021.866/O-8
 CPF.: 024.410.444-19

 WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA
 SEC. DE EDUCAÇÃO
 CPF.: 039.720.014-52

Documento Assinado Digitalmente por: ALEANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Acesso em: https://eice.ce.gov.br/epp/validarDoc?seamCodigo do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35a1f8



FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2023

Dezembro (31/12/2023)

Pág.: 1

ISOLADO:6 - FUNDO MUL. DE EDUCAÇÃO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
01	VINCULADO	-5.314.144,41	-3.370.786,56
15001001	Recursos de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (25% de Impostos e Transferências para a Educação (Art. 212 CF)) (Recursos do Exercício Corrente)	-6.351.924,61	-3.540.126,25
15400000	Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo	3.165,76	60.453,02
15690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE (Recursos do Exercício Corrente)	1.034.614,44	108.886,67
TOTAL		-5.314.144,41	-3.370.786,56

JOSÉ JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

CPF.: 024.410.444-19

WIVIANNE FONSECA DA SILVA ALMEIDA

SEC. DE EDUCAÇÃO

CPF.: 039.720.014-52

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35aff8





APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial Individual (BPI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 216, de 06 de dezembro de 2023, conforme anexos XIX e XXII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCEPE, dentre elas a utilização de referências cruzadas e das siglas “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O resultado patrimonial foi de R\$ 22.448.965,72 (superavitário). Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o exercício, definido no §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final do balanço patrimonial, no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro, o valor total de R\$ 5.314.144,41 (negativo), os quais serão detalhados nas notas explicativas.

A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.



a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1.Nome do órgão ou entidade:

Fundo Municipal de Educação de Afogados da Ingazeira - FMEAI

a.2.Natureza jurídica (conforme código da RFB):

133-3 – Fundo Público da Administração Direta Municipal

a.3.CNPJ:

13.069.525/0001-25

a.4.Domicílio do órgão ou entidade:

Rua Newton Cesart de Macedo Lima, 75, Centro, Afogados da Ingazeira – PE, CEP.: 56.800-00

a.5.Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

O Fundo Municipal de Educação de Afogados da Ingazeira - FMEAI concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “administração pública geral”. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.

a.6.Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais do Fundo Municipal de Educação de Afogados da Ingazeira - FMEAI.

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:



b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração que as opções e premissas da legislação afetam a contabilidade aplicada ao setor público.

b.2. Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 216/2023.

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade Notas Explicativas (De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 216, de 06 de dezembro de 2023).

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio.

Durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 3.2.3 à página 442 da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.



Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.

As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.

As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil



por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.3.Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente
Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos



Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo



Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.



Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.



Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.



ATIVO CIRCULANTE (NOTA 1)	2.243.066,10	3.693.816,43
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (NOTA 2)	1.055.042,80	293.446,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1.055.042,80	293.446,58
CONTA ÚNICA	F 1.055.042,80	293.446,58
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (NOTA 3)	1.188.023,30	3.400.369,85
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.188.023,30	3.400.369,85
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS	P 1.188.023,30	3.400.369,85
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 2.243.066,10, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas no exercício somam R\$ 1.055.042,80.

Nota 3) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	0,00	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber de Entidades Federais	1.188.023,30	P
Subtotal	1.188.023,30	P
TOTAL	1.188.023,30	

ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 4)	26.575.092,23	24.620.332,83
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
IMOBILIZADO (NOTA 5)	26.575.092,23	24.620.332,83
BENS MÓVEIS	14.567.664,86	13.773.780,89
VEÍCULOS	P 2.428.480,00	2.428.480,00
BENS DE INFORMÁTICA	P 3.045.231,80	3.016.851,84
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 3.001.811,03	2.487.668,63
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P 64.464,00	5.560,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 3.166.064,77	2.992.479,16
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 2.861.613,26	2.842.741,26
BENS IMÓVEIS	21.273.323,38	16.887.937,14
BENS DE USO COMUM DO POVO	P 70,00	70,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P 4.149.653,46	4.149.653,46
INSTALAÇÕES	P 4.464.387,85	3.860.520,86
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P 12.659.212,07	8.877.692,82
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-9.265.896,01	-6.041.385,20
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P -4.622.995,23	-3.525.809,77
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	P -4.642.900,78	-2.515.575,43
INTANGÍVEL	0,00	0,00
DIFERIDO	0,00	0,00



Nota 4) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível totalizam R\$ 26.575.092,23.

Nota 5) IMOBILIZADO: O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 26.575.092,23.

**DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)**

Descrição	Valor (R\$)	
	2023	2022
Bens móveis	14.567.664,86	13.773.780,89
Bens Imóveis	21.273.323,38	16.887.937,14
Depreciação/amortização/exaustão acumulada	-9.265.896,01	-6.041.385,20
Total	26.575.092,23	24.620.332,83

PASSIVO CIRCULANTE (NOTA 6)	6.369.192,61	3.664.233,14
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (NOTA 7)	436.496,23	188.930,31
PESSOAL A PAGAR	4.540,96	800,62
PESSOAL A PAGAR	F 4.540,96	800,62
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	431.955,27	188.129,69
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F 307.935,67	0,00
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F 124.019,60	188.129,69
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (NOTA 8)	1.621.510,18	624.976,63
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	1.621.510,18	624.976,63
FORNECEDORES NACIONAIS	F 1.621.510,18	624.976,63
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (NOTA 9)	4.311.186,20	2.850.326,20
VALORES RESTITUIVEIS	3.505.034,37	2.850.326,20
CONSIGNAÇÕES	F 3.505.034,37	2.850.326,20
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	806.151,83	0,00
Outras Obrigações a Curto Prazo	F 806.151,83	0,00

Nota 6) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 6.369.192,61.

NOTA 7) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: As contas de Pessoal a Pagar, Encargos Sociais a Pagar, registraram um montante de R\$ 436.496,23.

NOTA 8) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO: Foram registrados os valores nas contas de Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar Credores Nacionais, R\$ 1.621.510,18.

Nota 9) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: O saldo das demais obrigações a curto prazo foi de R\$ 4.311.186,20. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se no demonstrado de forma analítica no Demonstrativo da Dívida Flutuante.



PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (NOTA 10)	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
EMPÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
FONECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00

Nota 10) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 0,00, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 11)	22.448.965,72	24.649.916,12
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00	0,00
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	22.448.965,72	24.649.916,12
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	22.448.965,72	24.649.916,12
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-2.200.950,40	2.339.991,07
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	24.649.916,12	22.309.925,05
(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	0,00	0,00
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.448.965,72	24.649.916,12

NOTA 11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 22.448.965,72. A seguir detalharemos o resultado:

**DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)**

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	24.649.916,12
Resultado do Exercício	-2.200.950,40
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.448.965,72

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO (NOTA 12)		1.055.042,80	292.446,58	PASSIVO FINANCEIRO (6.369.192,61) - RP não Prec.(0,00) (NOTA 14)		6.369.192,61	3.664.231,14
ATIVO PERMANENTE (NOTA 13)		27.763.115,53	28.020.702,68	PASSIVO PERMANENTE (NOTA 15)		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL (NOTA 16)		22.448.965,72	24.649.916,12

Nota 12) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 1.055.042,80.

Nota 13) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 27.763.115,53.

Nota 14) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o



passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 6.369.192,61, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 0,00 perfazem o total de R\$ 6.369.192,61.

Nota 15) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 0,00.

Nota 16) SALDO PATRIMONIAL: O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 22.448.965,72, superavitário.

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO					
BALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811a)		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	BALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812a)		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO (NOTA 17)			0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO (NOTA 17)			8.243.644,29	6.626.639,61
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS			0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS			0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES			0,00	0,00	CERCAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES			0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS			0,00	0,00	CERCAÇÕES CONTRATUAIS			8.243.644,29	6.626.639,61
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			0,00	0,00
TOTAL			0,00	0,00	TOTAL			8.243.644,29	6.626.639,61

Nota 17) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS E PASSIVOS: Os atos potenciais ativos ao final do exercício totalizaram R\$ 0,00. O valor do saldo dos atos potenciais passivos foi de R\$ 8.243.644,29. Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturados no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64): O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 5.314.144,41, (deficitário).

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros. Sugerimos na qualidade de consultoria contábil que o controle interno adote as medidas necessárias junto aos gestores e tesoureiros para a obediência as regras estabelecidas para o gerenciamento mensal das fontes/destinação de recursos.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da entidade.



d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2023

R\$ 0,00

(Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.)

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2023

R\$ 0,00

(Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.)

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 216/2023 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo,



obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve no exercício bens recebidos por doação.

h.4. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão. Não houve perda de bens por inservibilidade.

h.8. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.9. Informações de Passivos Contingentes:



Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.10.Perdas da Dívida Ativa:

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício.

h.11.Informações adicionais (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.12.Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC TSP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.13.Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC TSP 03 – Item 103):

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.14.Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 9ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC TSP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h. 20. Passivos Perdoados (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

h. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC TSP 01 – Item 107):



Não houve registro para esta entidade.

h. 22. Ativos Contingentes (NBC TSP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC TSP 03 – Item 103):

Não houve registro para esta entidade.

h. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades abaixo de 50.000 habitantes.

Portaria-STN 634/2013	Prazos para implantação portaria-STN nº 548/2015	PIPCP- evolução
I- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Imediato (a partir de 2015) - Dívida Ativa e os respectivos ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2017- Créditos a receber (exceto tributários, previdenciários e contribuições), bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2019- Ativos contingentes ;	Implantado
	A partir de 01/01/2020- Créditos tributários e de contribuições por competência (exceto créditos previdenciários); e Créditos previdenciários por competência , bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigação relacionadas à repartição de receitas.	Implantado
II- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	Imediato (a partir de 2015) - Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Implantado
	A partir de 01/01/2016 - Obrigações com fornecedores por competência .	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - Passivos contingentes ; Provisões por competência ; e Obrigações por competência (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias).	Implantado



III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;	A partir de 01/01/2019 - Bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura); respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Implantado
	A partir de 01/01/2020 – Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Implantado
IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;	A partir de 01/01/2019- Depreciação e exaustão dos bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura).	Implantado

FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 1

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		1.153.073,91	690.812,04	PASSIVO CIRCULANTE		166.103,70	119.846,22
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.057.982,02	604.856,14	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		21.296,00	20.126,40
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1.057.982,02	604.856,14	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		21.296,00	20.126,40
CONTA ÚNICA	F	1.057.982,02	604.856,14	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	21.296,00	20.126,40
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		95.091,89	85.955,90	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		62.489,82	18.547,08
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		95.091,89	85.955,90	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		62.489,82	18.547,08
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES FEDERAIS	P	95.091,89	85.955,90	FORNECEDORES NACIONAIS	F	62.489,82	18.547,08
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		82.317,88	81.172,74
ATIVO NÃO CIRCULANTE		265.201,61	182.961,00	VALORES RESTITUÍVEIS		82.317,88	81.172,74
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	82.317,88	81.172,74
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		0,00	0,00
IMOBILIZADO		265.201,61	182.961,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS MÓVEIS		390.332,56	298.449,55	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
VEÍCULOS	P	81.000,00	81.000,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO	P	57,60	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS DE INFORMÁTICA	P	124.106,51	98.522,61	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	101.880,33	46.502,54	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	7.211,90	3.602,00	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	68.737,22	62.483,40	TOTAL PASSIVO		166.103,70	119.846,22
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	7.339,00	6.339,00				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-125.130,95	-115.488,55				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-125.130,95	-115.488,55				
INTANGÍVEL		0,00	0,00				
DIFERIDO		0,00	0,00				
TOTAL		1.418.275,52	873.773,04				

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.252.171,82	753.926,82
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
				DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		1.252.171,82	753.926,82
				 SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		1.252.171,82	753.926,82
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		498.245,00	438.066,16
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		753.926,82	315.860,66
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.252.171,82	753.926,82
				TOTAL		1.418.275,52	873.773,04

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
 SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

CRC-PE: 021.866/O-8

Documento Assinado Digitalmente por: ALEXANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Acesso em: https://eice.ice.pe.gov.br/epdp/validarDoc?com=Codigo do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af18
 CP: 024.710.042-18



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		1.057.982,02	604.856,14	PASSIVO FINANCEIRO (166.103,70)+RP não Proc.(0,00)		166.103,70	119.846,22
ATIVO PERMANENTE		360.293,50	268.916,90	PASSIVO PERMANENTE		0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL		1.252.171,82	753.926,82

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		1.285.624,43	566.674,16
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		1.285.624,43	566.674,16
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		1.285.624,43	566.674,16

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: https://eicf.ce.gov.br/ep/validadaDoc.seam?codigo_documento:519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35aff8



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2023

Dezembro(31/12/2023)

Pág.: 1

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		1.057.982,02	604.856,14	PASSIVO CIRCULANTE		166.103,70	119.846,22
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.057.982,02	604.856,14	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		21.296,00	20.126,40
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		1.057.982,02	604.856,14	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		21.296,00	20.126,40
CONTA ÚNICA		1.057.982,02	604.856,14	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		21.296,00	20.126,40
TOTAL		1.057.982,02	604.856,14	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		62.489,82	18.547,08
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		62.489,82	18.547,08
				FORNECEDORES NACIONAIS		62.489,82	18.547,08
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		82.317,88	81.172,74
				VALORES RESTITUÍVEIS		82.317,88	81.172,74
				CONSIGNAÇÕES		82.317,88	81.172,74
				TOTAL		166.103,70	119.846,22

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
 SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRC-PE: 021.866/O-8

Documento Assinado Digitalmente por: ALEANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CPF.: 024.410.444-19
 Acesso em: https://eicce.gov.br/ep/validaDoc?codigo do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35a1f8



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2023

Dezembro(31/12/2023)

Pág.: 1

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		95.091,89	85.955,90				
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		95.091,89	85.955,90				
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		95.091,89	85.955,90				
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES FEDERAIS		95.091,89	85.955,90				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		265.201,61	182.961,00				
IMOBILIZADO		265.201,61	182.961,00				
BENS MÓVEIS		390.332,56	298.449,55				
BENS DE INFORMÁTICA		124.106,51	98.522,61				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		101.880,33	46.502,54				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		7.211,90	3.602,00				
VEÍCULOS		81.000,00	81.000,00				
PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO		57,60	0,00				
DEMAIS BENS MÓVEIS		7.339,00	6.339,00				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		68.737,22	62.483,40				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-125.130,95	-115.488,55				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-125.130,95	-115.488,55				
TOTAL		360.293,50	268.916,90				

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
 SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 CRC-PE: 021.866/O-8
 CPF.: 024.410.444-19

Documento Assinado Digitalmente por: ALEANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Acesso em: https://eccc.ce.gov.br/epp/validarDoc:seam Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db53aff8



FMAS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro (31/12/2023)

Pág.: 1

Exercício de 2023

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
01	VINCULADO	891.878,32	485.009,92
1660000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (Recursos do Exercício Corrente)	891.878,32	485.009,92
TOTAL		891.878,32	485.009,92

MARIA MADALENA LEITE PATRIOTA
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF.: 310.557.704-10

JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
CRC-PE: 021.866/O-8
CPF.: 024.410.444-19

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35aff8





APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial Individual (BPI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 216, de 06 de dezembro de 2023, conforme anexos XIX e XXII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCEPE, dentre elas a utilização de referências cruzadas e das siglas “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

Expirados os prazos de vigência de decretos declaratórios de estado de calamidade pública, as atividades relacionadas com a atuação do Poder Executivo Municipal abrangidas pela gestão fiscal retornam ao pleno vigor. São exigidas ações planejadas e transparentes, metas a serem cumpridas e obediência a índices e percentuais obrigatórios, estabelecidos pelo art. 212 da Constituição da República e pelas Leis Complementares nº 101/2000 e nº 141/2012.

O resultado patrimonial foi de R\$ 1.252.171,82 (superavitário). Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o exercício, definido no §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final do balanço patrimonial, no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro, o valor total de R\$ 891.878,32 (positivo), os quais serão detalhados nas notas explicativas.

A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.



a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1.Nome do órgão ou entidade:

Fundo Municipal de Assistência Social

a.2.Natureza jurídica (conforme código da RFB):

133-3 – Fundo Público da Administração Direta Municipal

a.3.CNPJ:

13.568.932/0001-87

a.4.Domicílio do órgão ou entidade:

Rua Senador Paulo Guerra, 27, Centro, Afogados da Ingazeira – PE, CEP.: 56.800-00

a.5.Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

O Fundo Municipal de Assistência Social de Afogados da Ingazeira concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “administração pública geral”. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.

a.6.Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais do Fundo Municipal de Assistência Social de Afogados da Ingazeira - (FMAS).

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:



b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração que as opções e premissas da legislação afetam a contabilidade aplicada ao setor público.

b.2. Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 216/2023.

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade Notas Explicativas (De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 216, de 06 de dezembro de 2023).

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio.

Durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 3.2.3 à página 442 da 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.



Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque, ficando o tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.

As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio do município não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis. O setor contábil informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.

As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil



por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.3.Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente
Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos



Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo



Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.



Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.



Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituições de provisões:

Não houve registro de provisões para esta entidade.

c) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.



ATIVO CIRCULANTE (NOTA 1)	1.153.073,91	690.812,04
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (NOTA 2)	1.057.982,02	604.856,14
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1.057.982,02	604.856,14
CONTA ÚNICA	F 1.057.982,02	604.856,14
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (NOTA 3)	95.091,89	85.955,90
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	95.091,89	85.955,90
CRÉDITOS A RECEBER DE ENTIDADES FEDERAIS	P 95.091,89	85.955,90
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DEMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 1.153.073,91, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas no exercício somam R\$ 1.057.982,02.

Nota 3) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	0,00	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber de Entidades Federais	95.091,89	P
Subtotal	95.091,89	P
TOTAL	95.091,89	

ATIVO NÃO CIRCULANTE (NOTA 4)	265.201,61	182.961,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
IMOBILIZADO (NOTA 5)	265.201,61	182.961,00
BENS MÓVEIS	390.332,56	298.449,55
VEÍCULOS	P 81.000,00	81.000,00
PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO	P 57,60	0,00
BENS DE INFORMÁTICA	P 124.106,51	98.522,61
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 101.880,33	46.502,54
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P 7.211,90	3.602,00
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 68.737,22	62.483,40
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 7.339,00	6.339,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-125.130,95	-115.488,55
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P -125.130,95	-115.488,55
INTANGÍVEL	0,00	0,00
DIFERIDO	0,00	0,00

Nota 4) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível totalizam R\$ 265.201,61.



Nota 5) IMOBILIZADO: O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 265.201,61.

**DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)**

Descrição	Valor (R\$)	
	2023	2022
Bens móveis	390.332,56	298.449,55
Bens Imóveis	0,00	0,00
Depreciação/amortização/exaustão acumulada	-125.130,95	-115.488,55
Total	265.201,61	182.961,00

PASSIVO CIRCULANTE (NOTA 6)	166.103,70	119.846,22
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (NOTA 7)	21.296,00	20.126,40
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	21.296,00	20.126,40
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F 21.296,00	20.126,40
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (NOTA 8)	62.489,82	18.547,08
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	62.489,82	18.547,08
FORNECEDORES NACIONAIS	F 62.489,82	18.547,08
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (NOTA 9)	82.317,88	81.172,74
VALORES RESTITUIVEIS	82.317,88	81.172,74
CONSIGNAÇÕES	F 82.317,88	81.172,74

Nota 6) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 166.103,70.

NOTA 7) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: As contas de Pessoal a Pagar, Encargos Sociais a Pagar, registraram um montante de R\$ 21.296,00.

NOTA 8) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO: Foram registrados os valores nas contas de Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar Credores Nacionais, R\$ 62.489,82.

Nota 9) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: O saldo das demais obrigações a curto prazo foi de R\$ 82.317,88. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se no demonstrado de forma analítica no Demonstrativo da Dívida Flutuante.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (NOTA 10)	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00



Nota 10) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 0,00, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 11)	1.252.171,82	753.926,82
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00	0,00
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	1.252.171,82	753.926,82
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	1.252.171,82	753.926,82
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	498.245,00	438.066,16
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	753.926,82	315.860,66
(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	0,00	0,00

NOTA 11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez ao final do exercício o valor de R\$ 1.252.171,82. A seguir detalharemos o resultado:

**DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 9ª Edição p. 514)**

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	753.926,82
Resultado do Exercício	498.245,00
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.252.171,82

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO (NOTA 12)		1.057.982,02	804.156,14	PASSIVO FINANCEIRO (166.103,70)+RP não Proc.(0,00) (NOTA 14)		166.103,70	119.846,22
ATIVO PERMANENTE (NOTA 13)		360.293,50	268.916,00	PASSIVO PERMANENTE (NOTA 15)		0,00	0,00
				BALDO PATRIMONIAL (NOTA 16)		1.252.171,82	753.926,82

Nota 12) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 1.057.982,02.

Nota 13) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 360.293,50.

Nota 14) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 166.103,70, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 0,00 perfazem o total de R\$ 166.103,70.

Nota 15) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 0,00.



Nota 16) SALDO PATRIMONIAL: O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ 1.252.171,82, superavitário.

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811a)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812a)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO (NOTA 17)		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO (NOTA 17)		1.285.624,43	666.674,16
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		1.285.624,43	666.674,16
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		1.285.624,43	666.674,16

Nota 17) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS E PASSIVOS: Os atos potenciais ativos ao final do exercício totalizaram R\$ 0,00. O valor do saldo dos atos potenciais passivos foi de R\$ 1.285.624,43. Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturados no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64): O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 891.878,32, (superavitário).

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros. Sugerimos na qualidade de consultoria contábil que o controle interno adote as medidas necessárias junto aos gestores e tesoureiros para a obediência as regras estabelecidas para o gerenciamento mensal das fontes/destinação de recursos.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.



e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2023
R\$ 0,00

(Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.)

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2023
R\$ 0,00

(Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.)

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 216/2023 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o



superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve no exercício bens recebidos por doação.

h.4. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 216/2023):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão. Não houve perda de bens por inservibilidade.

h.8. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.9. Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.10. Perdas da Dívida Ativa:

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício.

h.11. Informações adicionais (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou



recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC TSP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC TSP 03 – Item 103):

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 9ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC TSP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h. 20. Passivos Perdoados (NBC TSP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

h. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC TSP 01 – Item 107):

Não houve registro para esta entidade.

h. 22. Ativos Contingentes (NBC TSP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC TSP 03 – Item 103):

Não houve registro para esta entidade.

h. 24. TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício.



i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades abaixo de 50.000 habitantes.

Portaria-STN 634/2013	Prazos para implantação portaria-STN nº 548/2015	PIPCP- evolução
I- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Imediato (a partir de 2015) - Dívida Ativa e os respectivos ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2017- Créditos a receber (exceto tributários, previdenciários e contribuições), bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Implantado
	A partir de 01/01/2019- Ativos contingentes;	Implantado
	A partir de 01/01/2020- Créditos tributários e de contribuições por competência (exceto créditos previdenciários); e Créditos previdenciários por competência , bem como os respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigação relacionadas à repartição de receitas.	Implantado
II- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;	Imediato (a partir de 2015)- Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Implantado
	A partir de 01/01/2016 - Obrigações com fornecedores por competência.	Implantado
	A partir de 01/01/2019 - Passivos contingentes; Provisões por competência; e Obrigações por competência (empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias).	Implantado
III- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;	A partir de 01/01/2019- Bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura); respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	Implantado



	A partir de 01/01/2020 – Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Implantado
IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;	A partir de 01/01/2019- Depreciação e exaustão dos bens móveis e imóveis (exceto patrimônio cultural e infraestrutura.	Implantado



Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db55a8f8



**Câmara Municipal
de Vereadores de
Afogados da
Ingazeira - PE**

**Balço Patrimonial da Lei Nº
4.320/64 MCASP**



Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af78

Balanço Patrimonial

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 MCASP

**Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas referentes ao
exercício financeiro de 2023**

Contadora **Eziuda Maria de Sousa** CRC/PE 12.705/O-8



APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial foi elaborado de acordo com o Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64, com atualizações guiadas pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP A elaboração da Demonstração Contábil e da Notas Explicativas referente ao exercício financeiro de 2023, abrange o Poder Legislativo do Município de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco: Câmara Municipal de Vereadores. Foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI – Fiorilli Software, onde servidores municipais efetivos e/ou comissionados ligados diretamente a supervisão da Presidência desta casa Legislativa, em conjunto com a assessoria da Contadora Eziuda Maria de Sousa CRC 12.705/O-8, o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial, condorme as diretrizes de lançamentos estabelecidos pela 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria Conjuntiva STN/SOF/ME nº117, de 28 de outubro de 2021, portaria interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº119, de 4 de Novembro de 2021 e portaria STN nº1.131, de 4 de novembro de 2021. Sendo assim, à elaboração dessas Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, objetiva a transparência referente às informações contábeis, patrimoniais, orçamentarias, econômicas e financeiras do Poder Legislativo aos diversos cidadãos.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil responsável por apresentar a situação patrimonial da entidade pública de maneira quantitativa e qualificada por meio de contas representativas do patrimônio público, como também suas contas de compensação. Sendo o mesmo estruturado por ativos, passivos e patrimônio líquido, os resultados obtidos no balanço em questão são resultantes da execução orçamentário do exercício atual e anterior, permitindo realizar análises da situação patrimonial da entidade. O Balanço Patrimonial será composto por: a. Quadro Principal; b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro. As estruturas das demonstrações contábeis dos anexos da Lei nº 4.320/1964 e da Portaria STN nº 438/2012 estão contidas nos quadros acima, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. Suas Notas Explicativas seguiram as normatizações da Resolução TCE/PE nº 216, de 06 de dezembro de 2023, consoante aos anexos XIX e XXII, da resolução supracitada, no que diz respeito a sua estrutura mínima e ainda, agregando-se o Demonstrativo de Implantação das Novas Regras Contábeis Aplicados ao Setor Público.

Trazendo uma pré-análise do Balanço Patrimonial 2023, da Câmara de Municipal, trazemos um total de Ativo Circulante (AC) de R\$ 605.771,24, ao tempo que, o Ativo Não Circulante (ANC) foi de R\$ 671.709,56. Já o Passivo Circulante (PC) atingiu R\$ 71.213,88, enquanto o Passivo Não Circulante chegou a R\$ 0,00 . Desta forma, contabilizando um Patrimônio Líquido (PL) de R\$ 1.206.266,92 para o último exercício. Então, assim, após esta breve introdução, apresentamos a íntegra do Balanço Patrimonial da Câmara Municipal de Vereadores de Afogados da Ingazeira com suas respectivas Notas Explicativas para o exercício financeiro de 2023.

CÍCERO RUBENS DE LIMA MARINHEIRO
Presidente da Câmara do Vereadores
Período de gestão: 01/01/2023 a 31/12/2023.

EZIUDA MARIA DE SOUSA
Contadora

CÂMARA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 1



Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:1 - CÂMARA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		605.771,24	299.581,61	PASSIVO CIRCULANTE		71.213,88	23.596,57
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		605.771,24	299.581,61	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		605.771,24	299.581,61	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CONTA ÚNICA	N1 F	605.771,24	299.581,61	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		52.988,10	24.271,81
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		52.988,10	24.271,81
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	N11 F	52.988,10	24.271,81
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		18.225,78	-675,29
ATIVO NÃO CIRCULANTE		671.709,56	620.822,86	VALORES RESTITUÍVEIS		18.225,78	-675,29
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	N12 F	18.225,78	-675,29
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		0,00	0,00
IMOBILIZADO		671.709,56	620.822,86	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS MÓVEIS		492.339,67	455.011,38	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
VEÍCULOS	N2 P	4.500,00	4.500,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	N3 P	121.983,71	120.633,71	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
BENS DE INFORMÁTICA	N4 P	28.385,66	25.775,66	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	N5 P	232.671,58	230.441,58	PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	N6 P	59.140,87	58.555,08	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	N7 P	45.657,85	15.105,35	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
BENS IMÓVEIS		482.381,47	442.593,67	TOTAL PASSIVO		71.213,88	23.596,57
DEMAIS BENS IMÓVEIS	N8 P	482.381,47	442.593,67				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-303.011,58	-276.782,19				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	N9 P	-302.235,75	-276.782,19				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	N10 P	-775,83	0,00				
INTANGÍVEL		0,00	0,00				
DIFERIDO		0,00	0,00				
TOTAL		1.277.480,80	920.404,47				

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.206.266,92	896.807,95
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		1.206.266,92	896.807,95
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		1.206.266,92	896.807,95
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	N13 P	309.458,97	289.693,10

CÂMARA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2023)



ISOLADO:1 - CÂMARA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

A) QUADRO PRINCIPAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14 P	896.807,95	607.114,87
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.206.266,92	896.807,95
				TOTAL		1.277.480,80	920.404,47

CÂMARA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	N15	605.771,24	299.581,61	PASSIVO FINANCEIRO (71.213,88)+RP não Proc.(13.783,00)	N17	84.996,88	31.096,52
ATIVO PERMANENTE	N16	671.709,56	620.822,86	PASSIVO PERMANENTE	N18	0,00	0,00
				SALDO PATRIMONIAL	N19	1.192.483,92	889.307,95

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af18

CÂMARA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		449.666,98	449.003,76
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	N20	449.666,98	449.003,76
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		449.666,98	449.003,76



Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Acesse em: <https://etec.leg.br/pe.gov.br/gpp/vai/validarDocumento.aspx?Codigo=documento:519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af18>

CÂMARA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2023

Dezembro(31/12/2023)

ISOLADO:1 - CÂMARA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		605.771,24	299.581,61	PASSIVO CIRCULANTE		71.213,88	23.596,52
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		605.771,24	299.581,61	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		52.988,10	24.271,81
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		605.771,24	299.581,61	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		52.988,10	24.271,81
CONTA ÚNICA		605.771,24	299.581,61	FORNECEDORES NACIONAIS		52.988,10	24.271,81
TOTAL		605.771,24	299.581,61	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		18.225,78	-675,29
				VALORES RESTITUIVEIS		18.225,78	-675,29
				CONSIGNAÇÕES		18.225,78	-675,29
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		13.783,00	7.500,00
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		13.783,00	7.500,00
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		13.783,00	7.500,00
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		13.783,00	7.500,00
				TOTAL		84.996,88	31.096,52



Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Acesse em: <https://portal.ccm.ingazeira.pb.gov.br/ppp/validaDoc.aspx?assinamCodigo=documento:519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af18>
 Pág.:

CÂMARA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2023

Dezembro(31/12/2023)

ISOLADO:1 - CÂMARA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE		671.709,56	620.822,86				
IMOBILIZADO		671.709,56	620.822,86				
BENS MÓVEIS		492.339,67	455.011,38				
BENS DE INFORMÁTICA		28.385,66	25.775,66				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		232.671,58	230.441,58				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		59.140,87	58.555,08				
VEÍCULOS		4.500,00	4.500,00				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		45.657,85	15.105,35				
DEMAIS BENS MÓVEIS		121.983,71	120.633,71				
BENS IMÓVEIS		482.381,47	442.593,67				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		482.381,47	442.593,67				
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-303.011,58	-276.782,19				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-302.235,75	-276.782,19				
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-775,83	0,00				
TOTAL		671.709,56	620.822,86				



Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Acesse em: <https://portal.cte.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af18
 Pág.:

CÂMARA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

ISOLADO:1 - CÂMARA MUNICIPAL DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

Exercício de 2023

Pág.: 1

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		Nota	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
			ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO		539.000,14	267.809,80
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)		539.000,14	267.809,80
01	VINCULADO		-18.225,78	675,29
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)		-18.225,78	675,29
TOTAL			520.774,36	268.485,09





CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE AFOGADOS DA INGAZEIRA

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercício de 2023

(ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

a) Nome da entidade:

Câmara Municipal de Vereadores de Afogados da Ingazeira

b) Natureza jurídica da entidade:

106-6 – Órgão Público do Poder Legislativo Municipal

CNPJ: 11.463.163/0001-27

Principal atividade econômica da entidade: 84.11-6-00 – Administração pública em geral

c) Domicílio da entidade:

Rua Dr. Roberto N. Lima, nº 236 – Centro; CEP: 56.800-000; Afogados da Ingazeira – PE

d) Natureza das operações e principais atividades da entidade:

A Câmara Municipal de Vereadores de Afogados da Ingazeira – PE possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código: 106-6 – Órgão Público do Poder Legislativo Municipal, sendo sua atividade principal classificada como: 84.11-6-00 – Administração pública em geral. Sua execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 960/2022, de 06 de dezembro de 2022 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2023). Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art.29-A da Constituição Federal 1988. O texto do artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos Artigos 158e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000). I – 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito).

e) Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Vereadores de Afogados da Ingazeira, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do exercício de 2023, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis ao Setor Público – NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjuntiva STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que estabelece o Manual de



Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª Edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.

Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6 (R1), que trata das demonstrações contábeis das entidades. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras dos normativos internacionais publicados pelo *International Federation of Accountants* – IFAC através da *International Public Sector Accounting Standards* – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Quanto aos aspectos de escrituração das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE.

f) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 216/2023 e pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE:

Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE - PE, apresentando os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração seguiram os princípios contábeis da entidade, da continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competências e prudências, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos Sistemas orçamentário e Patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art.86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do *International Federation of Accountants* (IFAC) através das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS).

g) Consolidação das Demonstrações contábeis abrangendo:

Esta demonstração contábil abrange informações dados executados da Administração Pública Direta da Câmara Municipal de Vereadores de Afogados da Ingazeira que compõe o Poder Legislativo.

h) Dados do Gestor:

Cícero Rubens de Lima Marinheiro, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Afogados da Ingazeira no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

i) Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive as notas explicativas:

Eziuda Maria de Sousa CRC/PE nº 12.705/O-8. E-mail: acontecltda@gmail.com

j) Nome do software da contabilidade:

Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI da Fiorilli Software

RESUMO DA POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:



As Demonstrações contábeis apresentam apropriadamente a situação patrimonial, financeira como também seu desempenho econômico ao ser analisado a entidade a qual tais demonstrações são aplicadas, a representatividade desses documentos contábeis tem o compromisso de apresentar a fidedigna resultante dos efeitos das transações, condições e eventuais eventos ocorridos nos critérios e definições reconhecidos para ativos, passivos, receitas e despesas estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 9ª Edição, nesse contexto é apresentado os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito municipal, que afetaram a elaboração das demonstrações contábeis, tendo em consideração as opções e premissas da legislação da contabilidade aplicada ao Setor público.

A elaboração do Balanço Patrimonial – BP é realizada obedecendo a Lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, no balanço patrimonial é utilizado o regime de caixa para o registro de receitas e o regime de competência para o uso das despesas da entidade, o município tem como moeda funcional o real (R\$) e não apresenta registro em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para moeda funcional vigente.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil responsável por apresentar a situação patrimonial da entidade pública de maneira quantitativa e qualificada por meio de contas representativas do patrimônio público, como também suas contas de compensação. Sendo o mesmo estruturado por ativos, passivos e patrimônio líquido, os resultados obtidos no balanço em questão são resultantes da execução orçamentário do exercício atual e anterior, permitindo realizar análises da situação patrimonial da entidade. No Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretária do Tesouro Nacional – STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), a partir de 01/01/2021 no caso dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes.

A Lei nº 4.320/64 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao Separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que compõem. Afim de atender aos novos padrões da contabilidade Aplicada ao Setor Público, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/64 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012. Com o objetivo de atender as necessidades dos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei 4.320/64 e as alterações da Portaria STN nº 438/2012, o balanço patrimonial será composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d) Quadro do Superavit/Déficit Financeiro.

Quadro Principal:



O Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Os ativos e passivos serão apresentados em níveis sintéticos (3º nível – Subgrupo ou 4º nível -Título).

A NBC TSP 11 prevê a adoção das seguintes formas de apresentação dos ativos e passivos:

- a) Segregação em ativos circulantes e não circulantes e não circulantes e passivos circulantes e não circulante, sendo este o modelo que deve ser adotado preferencialmente;
- b) Apresentação baseada na liquidez, aplicável apenas quando proporcionar informação que seja mais relevante. Tal situação pode ocorrer, por exemplo, em instituições financeiras, pelo fato de que tais instituições não fornecem bens ou serviços dentro de ciclo operacional claramente identificável.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes de acordo com o disposto no art. 105 da Lei nº 4.320/64. Será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como as contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 (Crédito Empenhado a Liquidar e Restos a Pagar Não Processados a Liquidar). Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial serão apresentados pelos seus valores totais. É facultativo o detalhamento dos saldos em notas explicativas.

Quadro das Contas de Compensação (controle)

Este quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados.

Será elaborado utilizando-se a classe 8 (Controle Credores) do PCASP. O PCASP não padroniza o desdobramento dos atos potenciais ativos e passivos em nível que permita segregar os atos executados daqueles a executar. Tal desdobramento deverá ser feito por cada ente, a nível de item e subitem (6º nível e 7º nível).

Quadro do Superávit/ Déficit Financeiro

Este quadro apresenta o superávit/ déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/64. Será elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregando por fonte/ destinação de recursos. Como a classificação por ele adotada. Poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit/ déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro conforma o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

Mensurar infringe dizer que é o ato de selecionar bases adequadas que representem o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira de uma entidade atendendo as necessidades da prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e a tomada de decisão.

Contudo vale ressaltar que não existe uma única maneira de ou uma base norteadora aplicados aos procedimentos contábeis, a escolha de qual base de mensuração a aplicar será adotada de



acordo com o grau de observância das características qualitativas enquanto considerada as restrições sobre a informação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral, as bases de mensuração subdividem em ativos e passivos, sendo eles:

- Bases de mensuração para os ativos:
 - Custo histórico;
 - Valor de mercado;
 - Custo de reposição ou substituição;
 - Preço líquido de venda;
 - Valor de uso.
- Bases de mensuração para os passivos:
 - Custo histórico;
 - Custo de cumprimento da obrigação;
 - Valor de mercado;
 - Custo de liberação;
 - Preço presumido.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar as informações confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

**PORTARIA STN Nº 548/2015
DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
(PODER LEGISLATIVO)**

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção dos Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP;	Processo e Sistema Orçamentário de acordo com o MCASP.	Financeiro/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para adoção de processo orçamentário de acordo com NBCASP.	Sistema de Informações Contábeis que apresente Sistema Orçamentário baseado no MCASP.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação	Metodologia de reconhecimento dos	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída



dos créditos por competência, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	créditos e sistematização de ajustes para perdas.			
Contratação de sistema para registro de créditos por competências;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de direitos por competência.	Presidente/Tesouraria	31/12/2014	Concluída
Estabelecimento de metodologia para ajuste para perdas para os créditos registrados por competência;	Metodologia por tipo de ajuste para perdas	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação do sistema à metodologia local de ajuste para perdas.	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de ajustes para perdas	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, inclusive as provisões;	Metodologia de reconhecimento de obrigações por competência	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro de obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de obrigações por competência.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Evidenciação contábil de todas as obrigações e provisões por competência.	Obrigações e provisões evidenciados contabilmente.	Tesouraria/Assessoria Contábil	31/12/2014	Concluída
Ação	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Assessoria	31/12/2020	Concluída



Adequação/Aquisição de sistema para registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de ativos e passivos contingentes em contas de controle;	Assessoria	31/12/2020	Concluída
Evidenciação contábil e em notas explicativas dos ativos e passivos contingentes;	Ativos e passivos contingentes devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2020	Concluída
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Aquisição/Aquisição de sistema de controle Patrimonial;	Implantação de Sistema de Informações Contábeis adequado ao registro do patrimônio	Presidente/Controle Patrimonial	31/12/2019	Concluída
Levantamento em nível local do patrimônio da entidade e registro no sistema;	Relatório do Sistema de Informações Contábeis com detalhamento do patrimônio do ente, com base em perícia ou referência de mercado	Controle patrimonial	31/12/2019	Concluída
Desenvolvimento e operacionalização de rotina para registro de depreciação, amortização e exaustão dos ativos;	Metodologia para registro da depreciação, amortização e exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável.	Controle Patrimonial/Assessoria Contábil	31/12/2019	Concluída
Adequação do Sistema de Informações Contábeis aos procedimentos de ajustes patrimoniais acima apresentados;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de depreciação, reavaliação, impairment, etc. Dos elementos patrimoniais	Assessoria	31/12/2019	Concluída
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Financeiro/Assessoria Contábil	31/12/2019	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações por competência decorrentes	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações por	Financeiro/Assessoria	31/12/2019	Concluída



de benefícios a empregados;	competência decorrentes de benefícios a empregados;			
Evidenciação contábil das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados;	Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2019	Concluída
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência;	Financeiro/Assessoria	31/12/2015	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro das obrigações com fornecedores por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das obrigações com fornecedores por competência;	Assessoria	31/12/2015	Concluída
Evidenciação contábil das obrigações com fornecedores por competência;	Obrigações com fornecedores por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2015	Concluída
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência;	Financeiro/Assessoria	31/12/2021	Concluída
Adequação/Aquisição de sistema para registro das demais obrigações por competência;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro das demais obrigações por competência;	Assessoria	31/12/2021	Concluída
Evidenciação contábil das demais obrigações por competência;	Demais obrigações por competência devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2021	Concluída



8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Elaboração de procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Controle Patrimonial Financeiro/Assessoria	31/12/2021	Concluída
	Adequação/Aquisição de sistema para registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Sistema de Informações Contábeis adequado à metodologia de registro de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Assessoria	31/12/2021	Concluída
	Evidenciação contábil de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres;	Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres devidamente evidenciados na contabilidade.	Assessoria Contábil	31/12/2021	Concluída
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP					
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
	Extensão do PCASP para nível detalhado necessário ao ente.	PCASP estendido até o nível necessário para registro contábil dos fenômenos.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
	Aquisição\Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam agregados.	Sistema informatizado adequado ao PCASP estendido e aos eventos.	Presidente/Assessoria	31/12/2014	Concluída
	Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento de exercício.	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
	Adequação do sistema informatizado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Sistema informatizado adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP					
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	



Elaboração de regra\fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Ajustes das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das fórmulas.	Template de DCASP adequada à nova metodologia.	Assessoria	31/12/2014	Concluída
Ajuste em sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP.	Sistema informatizado adequado à metodologia de levantamento das DCASP a partir do PCASP estendido e das demais informações contábeis.	Assessoria	31/12/2014	Concluída

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.

- **Classificação de ativos:** Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares;
- **Constituição de provisões:** Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais;
- **Reconhecimentos de variações patrimoniais:** Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independente da execução orçamentária;
- **Transferências de Risco e Benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para a entidade:** Não houve transferência de propriedades de ativos para outras entidades.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM REPRESENTADAS

a) Termos e Demonstrações correlatos ao Balanço Patrimonial:

a. Quadro Principal

Ativo Circulante: O ativo deve ser classificado como circulante quando atender aos seguintes critérios: a) Têm-se a pretensão de vender ou consumir esse ativo no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalente de Caixa: Compreende os valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para



aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo: Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo: Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques: Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Ativo Não Circulante Mantido para Venda: Compreende os ativos não circulantes cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, segundo um plano de venda com prazo inferior a 12 meses.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente: Compreende pagamentos de varrições patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante: Ativo não circulante são ativos considerados a longo prazo, investimentos, imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo: Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos: Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado: Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangíveis: Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante: O passivo deve ser circulante quando atender aos seguintes critérios a) quando se espera que o passivo seja pago durante o ciclo operacional normal da entidade; b) o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; c) o passivo deve ser pago no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo: Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.



Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo: Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedor e Contas a Pagar a Curto Prazo: Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidade e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os decorrentes dessas obrigações, com vencimento de curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo: Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes: Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com a probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo: Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante: Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo: Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo: Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedor e Contas a Pagar a Longo Prazo: Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidade e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os decorrentes dessas obrigações, com vencimento de longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo: Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com a probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo: Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores, com vencimento no longo prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.



Resultado Deferido: Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido: Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social: Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital: Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reserva de Capital: Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajuste de Avaliação Patrimonial: Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela Lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reserva de Lucros: Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas: Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos reavaliados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações/ Cotas em Tesouraria: Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativo Financeiro: Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente: Compreende bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro: Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente: Compreende das dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

c. Contas de Compensação



Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais: Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos: Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos: Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Superávit Financeiro: Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o art. 43 da Lei nº 4.320/64, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro: Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos: Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS EXPLICATIVAS DE FORMA SISTEMÁTICA

Segue de forma sistemática as referências cruzadas com o título, baseado em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

a) Balanço Patrimonial:

a. Ativo

Ativo Circulante:

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2023

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		605.771,24	299.581,61
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		605.771,24	299.581,61
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		605.771,24	299.581,61
CONTA ÚNICA	NI F	605.771,24	299.581,61
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00

Notas Explicativas – NE:



NE – Ativo Circulante – Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2023 foram de R\$ 605.771,24, compostos de Caixa e Equivalente de Caixa, Créditos a curto prazo, demais créditos e estoques.

N1 – Caixa e Equivalente de Caixa: O Saldo das Disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2023 corresponde ao valor de R\$ 605.771,24. Comparando com o exercício anterior houve um aumento de R\$ 306.189,63 disponível na conta em relação ao exercício de 2022 corresponde ao valor de R\$ 299.581,61.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA		
(Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vínculos
Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 605.771,24	R\$ -
Total	R\$ 605.771,24	R\$ -

NE – Estoque/Almoxarifado: Estoque/Almoxarifado somou R\$ 0,00.

NE – Créditos a Curto Prazo: O saldo dos Créditos a Curto Prazo em 31/12/2023 foi de R\$ 0,00 aumentando/reduzindo R\$ 0,00 em relação a 2022 que era R\$ 0,00.

NE – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: Segregação dos ativos com os atributos (F) e (P):

NÍVEIS	VALOR (R\$)	ATRIBUTO
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE AUXÍLIO NATALIDADE PAGO	0,00	(F)/(P)
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMILIA PAGO	0,00	(F)/(P)
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	0,00	(F)/(P)

Ativo Não Circulante:

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2023

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior



ATIVO NÃO CIRCULANTE		671.709,56	620.822,86
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00
IMOBILIZADO		671.709,56	620.822,86
BENS MÓVEIS		492.339,67	455.011,38
VEÍCULOS	N2 P	4.500,00	4.500,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	N3 P	121.983,71	120.633,71
BENS DE INFORMÁTICA	N4 P	28.385,66	25.775,66
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	N5 P	232.671,58	230.441,58
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE	N6 P	59.140,87	58.555,08
COMUNICAÇÃO			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	N7 P	45.657,85	15.105,35
BENS IMÓVEIS		482.381,47	442.593,67
DEMAIS BENS IMÓVEIS	N8 P	482.381,47	442.593,67
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-303.011,58	-276.782,19
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	N9 P	-302.235,75	-276.782,19
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	N10 P	-775,83	0,00
INTANGÍVEL		0,00	0,00
DIFERIDO		0,00	0,00

Notas Explicativas – NE:

NE – Ativo Não Circulante: Os ativos de longo prazo compostos do ativo realizável a longo prazo e imobilizados totalizam R\$ 671.709,56.

N2 a N8 – Imobilizado: O valor do imobilizado ao fim do exercício de 2022 corresponde ao valor de R\$ 620.822,86. No exercício de 2023 houve a incorporação de ativos imobilizados R\$ 85.501,80 *. ***Valor apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais NE6.**

Encerrando o exercício com o valor de R\$ 671.709,56, sendo R\$ 492.339,67 de bens móveis e R\$ 482.381,47 de bens imóveis. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis e imóveis até o período foi de R\$ 303.011,58 que retifica o ativo imobilizado.

NE – Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas: A depreciação totalizou R\$ 303.011,58. Não foi realizado de imparidade durante o exercício de 2023 em ativos com redução no poder de geração de caixa, bem como não houve reavaliação de ativos.

N9 – Depreciação Acumulada – Bens Móveis: O saldo da conta corresponde ao valor de R\$ 302.235,75. No decurso do exercício de 2023 foram efetuadas as incorporações analíticas ao patrimônio nas contas bens móveis.

N10 – Depreciação Acumulada – Bens Imóveis: O saldo da conta corresponde ao valor de R\$ 775,83. No decurso do exercício de 2023 foram efetuadas as incorporações analíticas ao patrimônio nas contas bens imóveis.

NE – Intangível: Não apresentou registro de Ativos Intangíveis no exercício de 2023.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS		
(MCASP 9ª Edição p.514)		
Descrição	Valor(R\$)	
	2023	2022
Bens Móveis	492.339,67	455.011,38
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	-302.235,75	-276.782,19
Bens Imóveis	482.381,47	442.593,67
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	-775,83	0,00
Total	671.709,56	620.822,86



b. Passivo

Passivo Circulante:

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2023

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE		71.213,88	23.596,52
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		52.988,10	24.271,81
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		52.988,10	24.271,81
FORNECEDORES NACIONAIS	N11 F	52.988,10	24.271,81
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		18.225,78	-675,29
VALORES RESTITUÍVEIS		18.225,78	-675,29
CONSIGNAÇÕES	N12 F	18.225,78	-675,29

Nota Explicativa – NE:

NE – Passivo Circulante: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2023 foram de R\$ 71.213,88. Apresentando os seguintes índices de liquidez na entidade:

	Índices	Conclusões
Índice de Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	$R\$ 605.771,24 / R\$71.213,88 = R\$ 8,51$	Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto Prazo a entidade possui R\$ 8,51 de ativos de curto prazo para cobrir.
Índice de Liquidez Seca ((Ativo Circulante – Estoque) /Passivo Circulante)	$(R\$ 605.771,24 - R\$0,00) / R\$ 71.213,88 = R\$ 8,51$	Para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante se tem R\$ 8,51 de Ativos Líquidos, concluindo que existe folga para liquidar suas obrigações.
Índice de Liquidez imediata ((Disponibilidades/Passivo Circulante) *100)	$(R\$605.771,24/R\$71.213,88) * 100 = 8,51$	Indica que a entidade tem 8,51 da quantia necessária para honrar suas obrigações de curto prazo

NE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo:

NE – Encargos sociais a pagar: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar foi de R\$ 0,00. Acréscimo/Redução de R\$ 0,00, quando comparado com o exercício de 2022 que foi de R\$ R\$ 0,00 e Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo R\$ 0,00.

N11 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: Ao final do exercício de 2023 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 52.988,10 relativo a fornecedores e contas a pagar. Aumento de R\$ 28.716,29, quando comparado com o exercício anterior que foi de R\$ 24.271,81.



N12 – Demais Obrigações a Curto Prazo: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelos valores restituíveis R\$ 18.225,78 e outras obrigações a curto prazo R\$ 0,00, totalizando R\$ R\$ 18.225,78. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES COM FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS		
(MCASP 9ª Edição p.514)		
Descrição	Valor(R\$)	
	2023	2022
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 52.988,10	R\$ 24.271,81
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 18.225,78	-R\$ 675,29
Total	R\$ 71.213,88	R\$ 23.596,52

Passivo Não Circulante:

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2023

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00

Nota Explicativa – NE:

NE – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo: Não existe registro de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo.

NE – Provisões a Curto e a Longo Prazo: Não existe registro de Provisões a Curto e a Longo Prazo.

Patrimônio Líquido:

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2023



PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.206.266,92	896.807,95
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS		1.206.266,92	896.807,95
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		1.206.266,92	896.807,95
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	N13 P	309.458,97	289.693,10
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	N14 P	896.807,95	607.114,85
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.206.266,92	896.807,95

Nota Explicativa – NE:

NE – Patrimônio Líquido: O patrimônio Líquido da entidade perfaz em 2023 o valor de R\$ 1.206.266,92. Os Resultados acumulados de exercícios anteriores foram de R\$ 896.807,95. Apresentando assim um aumento do Patrimônio Líquido correspondente a R\$ 309.458,97.

NE – Patrimônio Social e Capital Social: Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta, representando R\$ 0,00.

N13 e N14 – Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e o superávit ou déficit acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos, totalizando R\$ 1.206.266,92.

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS	
(MCASP 8ª Edição p.432)	
Descrição	Valor(R\$)
Patrimônio Social e Capital Social	R\$ 0,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	R\$ 0,00
Reservas de Capital	R\$ 0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	R\$ 0,00
Reservas de Lucros	R\$ 0,00
Demais reservas	R\$ 0,00
Resultados Acumulados	R\$ 1.206.266,92
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1.206.266,92
Superávits ou Déficits Acumulados	R\$ 1.206.266,92
Superávits ou Déficits do Exercício	R\$ 309.458,97
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	R\$ 896.807,95
Outros Resultados	R\$ -
RESULTADOS ACUMULADOS	R\$ 1.206.266,92



c. Demais elementos patrimoniais

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
ATIVO FINANCEIRO	N15	605.771,24	299.581,61
ATIVO PERMANENTE	N16	671.709,56	620.822,86

Nota Explicativa – NE:

N15 - Ativo Financeiro: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 605.771,24.

N16 - Ativo Permanente: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributos P (Permanente) somam R\$ 671.709,56.

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
PASSIVO FINANCEIRO (71.213,88)+RP não Proc.(13.783,00)	N17	84.996,88	31.096,52
PASSIVO PERMANENTE	N18	0,00	0,00

Nota Explicativa – NE:

N17 - Passivo Financeiro: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações não dependentes de autorização orçamentária para a sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 71.213,88, somados os restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 13.783,00, perfazem o total de R\$ 84.996,88.

N18 - Passivos Permanentes: Os Passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Os Passivos com atribuição P (Permanente) somam R\$ 0,00.

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964):

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	Nota	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00 ORDINÁRIO		539.000,14	257.809,80
01 15010000 Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)		539.000,14	257.809,80
01 18690000 VINCULADO		-18.222,78	675,29
01 18690000 Outros recursos extrorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)		-18.222,78	675,29
TOTAL		520.777,36	258.485,09

Nota Explicativa – NE:

NE - Superávit/Déficit Financeiro: Evidenciam o Superávit/Déficit financeiro que poderá ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais segregados por fonte de recursos. Corresponde à diferença entre o ativo financeiro R\$ 605.771,24 e o passivo financeiro R\$ 84.996,88. O controle das disponibilidades por fonte de recursos é feito nas classes 7 e 8 do plano de contas. O total do Superávit Financeiro do exercício foi R\$ 520.774,36.

Saldo Patrimonial:

SALDO PATRIMONIAL	N19	1.192.483,92	889.307,95
--------------------------	------------	---------------------	-------------------



Nota Explicativa – NE:

N19 - O saldo patrimonial ao final do exercício de 2022 totalizou R\$ 889.307,95 e no exercício de 2023 R\$ 1.192.483,92.

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 81100)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 81200)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		449.666,98	449.003,76
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	N20	449.666,98	449.003,76
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		449.666,98	449.003,76

Nota Explicativa – NE:

N20 – Contas de compensação (controle): Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente. Registram os saldos dos atos potenciais passivos das obrigações contratuais assumidas ao final do exercício de 2022 totalizou R\$ 449.003,76e no exercício de 2023 foi de R\$ 449.666,98.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

- a) **Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:** Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.
- b) **Divulgações não financeiras, tais como objetivos e políticas de gestão de risco financeiro da entidade e pressuposto das estimativas:** Não se aplica a este demonstrativo.
- c) **Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:** Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
- d) **Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:** Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.

AJUSTES DECORRENTES DE OMISSÕES E ERROS EM ANOS ANTERIORES OU MUDANÇAS DE CRITÉRIOS CONTÁBEIS:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros em anos anteriores ou mudanças de critérios contábeis.

ATIVOS IMOBILIZADOS A TÍTULO GRATUITO:

Não houve Ativos Imobilizados a título gratuito, logo não ocorrendo critérios de avaliação e impossibilidade de mensuração. Como também não ocorreu transferências desses ativos.

ATIVOS INTANGÍVEIS A TÍTULO GRATUITO:

Não houve Ativos Intangíveis a título gratuito, logo não ocorrendo critérios de avaliação e impossibilidade de mensuração.



JUSTIFICATIVA PARA A EXISTÊNCIAS DE COMPONENTES PATRIMONIAIS AVALIADOS POR CRITÉRIOS DISTINTOS:

Não houve componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos.

RELAÇÃO DE PROVISÕES DE PASSIVOS CONTINGENTES QUE SURGIRAM DE UM MESMO CONJUNTO DE CIRCUNSTÂNCIAS:

PROVISÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES	SALDO	CIRCUNSTÂNCIAS
Sentenças Judiciais	0,00	Não houve
Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00	Não houve

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE BASE DE CÁLCULO UTILIZADAS NAS PERDAS DA DÍVIDA ATIVA:

Não se aplica a entidade.

PROVISÃO TIPO/CLASSE:

DESCRIÇÃO	VALOR
Valor contábil do início do período (saldo das provisões – exercício de 2022)	0,00
Valor contábil do final do período (=) (saldo das provisões – exercício de 2023)	0,00
Provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes (+) VPD 3.9.7	0,00
Valores utilizados (incorridos e baixados contra a provisão) durante o período (-) VPA 4.9.7	0,00
Valores não utilizados revertidos durante o período	0,00
O aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto	0,00
Breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços	*Breve descrição: Não há provisões para descrever
Indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas	0,00
Valores de alguns reembolsos previstos, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso	0,00

PASSIVOS CONTINGENTES:

Não houve passivos contingentes no balanço patrimonial.

ESTOQUES: Os estoques foram contabilizados por seu valor de aquisição e distribuídos em Almojarifados, os valores passaram a serem classificados exclusivamente na conta contábil - 1.1.5.6.0.00.00.00.00 – Matérias de Consumo em virtude de no momento de sua baixa não ser possível a localização do empenho que originou a aquisição, gerando inconsistências nos saldos. O Ente está incluindo gradativamente a contabilização dos estoques existentes na entidade de forma a atender o Plano de PIPCP.

Os estoques são controlados pelos almojarifados e integrados ao sistema de contabilidade municipal, conforme descrição a seguir:



DESCRIÇÃO	DÉBITO	CRÉDITO	31/12/2023
Material de Consumo	R\$ 60.778,35	R\$ 60.778,35	R\$ 0,00
Gêneros Alimentícios	R\$ 6.521,94	R\$ 6.521,94	R\$ 0,00
Material de Construção	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Combustível	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Autopeças	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Medicamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Material de Expediente	R\$ 14.803,57	R\$ 14.803,57	R\$ 0,00
Total	R\$ 82.103,86	R\$ 82.103,86	R\$ 0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS: Não se aplica a entidade.

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 1

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:4 - INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		4.326.460,22	2.935.229,50	PASSIVO CIRCULANTE		563.486,82	1.585.726,66
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.464.423,11	2.684.855,03	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		0,00	702.681,10
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		2.464.423,11	2.684.855,03	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		0,00	702.681,10
CONTA ÚNICA RPPS	F	1.197.850,21	2.680.866,54	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	F	0,00	702.681,10
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	1.266.572,90	3.988,49	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		1.862.037,11	250.374,47	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO		1.862.037,11	250.374,47	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER -	P	260.594,84	19.061,12	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER -	P	1.414.664,44	35.399,54	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		563.486,82	883.045,56
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	P	186.777,83	195.913,81	VALORES RESTITUÍVEIS		563.486,82	883.045,56
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	563.486,82	883.045,56
ESTOQUES		0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		431.231.574,88	9.361.656,26
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE		0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		443.707,39	939.231,76	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		410.444,87	908.699,19	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		410.444,87	908.699,19	PROVISÕES A LONGO PRAZO		431.231.574,88	9.361.656,26
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	P	410.444,87	908.699,19	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		431.231.574,88	9.361.656,26
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS	P	225.779.232,59	213.054.179,83
IMOBILIZADO		33.262,52	30.532,57	CONCEDIDOS			
BENS MÓVEIS		42.073,28	35.963,28	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A	P	205.452.342,29	187.556.794,44
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	19.111,19	19.111,19	CONCEDER			
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	22.962,09	16.852,09	PLANO PREVIDENCIÁRIO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	P	0,00	-391.249.318,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-8.810,76	-5.430,71	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-8.810,76	-5.430,71	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
INTANGÍVEL		0,00	0,00	TOTAL PASSIVO		431.795.061,70	10.947.382,92
DIFERIDO		0,00	0,00				
TOTAL		4.770.167,61	3.874.461,26				

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-427.024.894,09	-7.072.921,66
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00



Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2023)



Exercício de 2023

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO:4 - INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				RESULTADOS ACUMULADOS		-427.024.894,09	-7.072.921,66
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		-427.024.894,09	-7.072.921,66
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	-419.951.972,43	265.359.241,33
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	-7.072.921,66	-272.432.162,98
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-427.024.894,09	-7.072.921,66
				TOTAL		4.770.167,61	3.874.461,26

Documento Assinado Digitalmente por: ALESANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Acesso em: https://etec.tce.pe.gov.br/epw/validaDoc.seam Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af88

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



Pág.: 3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		2.464.423,11	2.684.855,03	PASSIVO FINANCEIRO (563.486,82)+RP não Proc.(30.884,21)		594.371,03	1.617.442,77
ATIVO PERMANENTE		2.305.744,50	1.189.606,23	PASSIVO PERMANENTE		431.231.574,88	9.361.656,26
				SALDO PATRIMONIAL		-427.055.778,30	-7.104.637,77

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af8

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
 Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023

Pág.: 4

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		0,00	0,00



Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
 Acesse em: <https://etec.tce-pc.gov.br/gppw/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35aff8

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS

Nome da Entidade

ENTE: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Afogados da Ingazeira (Plano Financeiro)

CNPJ:

07.609.181/0001-05

Endereço da Entidade

Rua Padre Carlos Cottart, 36, Afogados da Ingazeira-PE

Natureza Jurídica

O Instituto Previdência dos Servidores Públicos do Municipais de Afogados da Ingazeira é concebido quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 118-0 - Órgão Público Autônomo Municipal

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 51951343-c61a-4fb5-965b-0d21db35af78

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

Dados do Gestor

Charla Maria Gomes de Sousa Araújo, Gerente de Previdência. Período de Gestão:

Dados do Contador:

Lucas Nunes de Barros, CRC-PE N°022042/O-7, e-mail: barrosluca@gmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 9ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC TSP 16.07

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af88

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

Bases de mensuração utilizadas:

De acordo com o MCASP, p. 173, 9ª edição, o objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. No caso deste município, as bases de mensuração utilizadas nos elementos patrimoniais estão de acordo com o exposto na Parte II do MCASP, 9ª edição.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente. Por conta desse fato, e com as alterações nos anexos, o Balanço Patrimonial passou a dar ênfase à visão patrimonial da entidade como um todo, como seu endividamento e liquidez, por exemplo; facilitando o entendimento da sociedade e órgãos de controle na hora da fiscalização.

Critérios para Reconhecimento de Receita e Despesa Orçamentária

As receitas orçamentárias seguem o regime contábil de Caixa, sendo consideradas realizadas quando são efetivamente arrecadadas. As receitas que constam no orçamento estão de acordo com o disposto no art. 11 da Lei 4.320/64. As despesas orçamentárias seguem o regime contábil da Competência e são consideradas realizadas, para efeito orçamentário, conforme disposto no art. 35 da Lei 4320/64, no momento em que são empenhadas.

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.fce.pe.gov.br/epp/vv/validaDoc.seam> Código do documento: 51951343-c61a-4fb0-965f-7dd21db35af18

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

c) BALANÇO PATRIMONIAL E SEUS ASPECTOS:

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do município no último dia do exercício contábil. Através de sua análise, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (Ativos), das obrigações (Passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (Patrimônio Líquido) desta entidade pública.

O Balanço Patrimonial, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 9ª edição, é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Quadro Principal

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/app/validaDoc.seam> Código do documento: 51951343-661a-4fb5-965b-0d21db35af78

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

O quadro Principal foi elaborado utilizando-se da classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP. Os ativos e passivos são apresentados em níveis sintéticos (3º nível ou 4º nível). As contas do ativo estão dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade. As contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade. Neste quadro, estão contidas informações referentes ao:

- Ativo Circulante da entidade (ativos disponíveis para realização imediata ou com expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis): Caixa e Equivalentes de Caixa; Créditos a Curto Prazo; Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo; Estoques e Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente.
- Ativo Não Circulante (ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis): Ativo Realizável a Longo Prazo; Investimentos; Imobilizado; Intangível e Eventual Saldo a Amortizar do Ativo Diferido.
- Passivo Circulante (passivos exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis): Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias Assistenciais a Pagar; Empréstimos e Financiamentos; Fornecedores e Contas a Pagar; Obrigações Fiscais; Obrigações de Repartições a Outros Entes; Provisões e Demais Obrigações, todas elas, a Curto Prazo.
- Passivo Não Circulante (passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis): Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias Assistenciais a Pagar; Empréstimos e Financiamentos; Fornecedores e Contas a Pagar; Obrigações Fiscais; Provisões e Demais Obrigações, todas elas, a Longo Prazo.

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFFINO DA SILVA
Acesso em: https://etce.tcepe.br/ep/validar/oc:seam Código do documento: 59951803-61a-4fb5-965b-0d21db35af18

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

- Patrimônio Líquido (valor residual dos ativos depois de deduzidos de todos os passivos): Patrimônio Social e Capital Social; Adiantamento Patrimônio Social; Futuro Aumento de Capital; Reservas de Capital; Ajustes de Avaliação Patrimonial; Reservas de Lucros; Demais Reservas; Resultados Acumulados; Ações/Cotas em Tesouraria.

Quadros dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes:

Este quadro foi elaborado utilizando-se da classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP. Estão inclusas, também, as contas que representam passivo financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 "Créditos Empenhados Liquidar" e "Restos a Pagar Não Processados a Liquidar". Neste quadro, são demonstradas informações referentes ao:

- Ativo Financeiro da entidade: Créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os respectivos valores.
- Ativo Permanente: Bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- Passivo Financeiro: Dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
- Passivo Permanente: Dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Quadro das Contas de Compensação:

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesso em: https://etc.tee.pe.gov.br/epp/vv/dddalDoc:seam Código do documento: 519513d3-661a-4fb5-965b-0d21db35af88

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

Neste quadro, estão representadas as contas representativas dos atos potenciais (atos a executar que podem afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente) ativos ou passivos. Os atos potenciais ativos a executar podem afetar o patrimônio positivamente, já os atos potenciais passivos negativamente. O quadro foi elaborado utilizando a classe 8 (Controles Credores) do PCASP.

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro:

Este quadro foi elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte/destinação de recursos. Ele apura o resultado (superávit/déficit) em conformidade com o §2º do art. 43 da Lei 4.320/1964.

d) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Detalhamento do Quadro Principal:

1.1 Ativo Circulante:

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesso em: https://etc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc:seam Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af18

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

Caixa e equivalente de Caixa - As disponibilidades deixadas em 31/12/2023 totalizaram R\$ 2.464.423,11 em conta e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Créditos Previdenciárias a Receber - Representa contribuições do patronal e do servidor do exercício de 2023 que foram repassadas em janeiro de 2024.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER			
COMPETÊNCIA	ENTIDADE	SERVIDOR	PATRONAL
Dezembro	Fundo Municipal de Educação	R\$ 204.393,60	R\$ 1.109.570,08
Dezembro	Prefeitura Municipal	R\$ 17.391,01	R\$ 94.409,34
Dezembro	Fundo Municipal de Saúde	R\$ 28.846,12	R\$ 156.593,73
Dezembro	Autarquia Educacional	R\$ 9.964,11	R\$ 54.091,29
TOTAL		R\$ 260.594,84	R\$ 1.414.664,44

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesso em: https://etce.tce.pe.gov.br/validarDoc:seam Código do documento: 51951343-661a-4fb5-965b-0d21db35af78

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

Créditos Previdiários Parcelados - O montante R\$ 186.777,83 corresponde as parcelas a receber no curtos prazo dos acordos de parcelamento atualizados até 31 de dezembro de 2023.

Nº Acordo de Parcelamento	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
00145/2011	53.490,69	88.706,07	142.196,76
00148/2011	133.287,14	321.738,80	455.025,94
Total	186.777,83	410.444,87	597.222,70

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <http://etec.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af78

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

Ativo Não Circulante:

Créditos Previdenciários do RPPS - O valor de R\$ 410.444,87 corresponde as parcelas restantes dos acordos de parcelamento inscritas a título de dívida ativa e atualizadas até 31 de dezembro de 2023 detalhado na tabela a seguir:

Nº Acordo de Parcelamento	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
00145/2011	53.490,69	88.706,07	142.196,76
00148/2011	133.287,14	321.738,80	455.025,94
Total	186.777,83	410.444,87	597.222,70

Imobilizado – Os bens móveis totalizaram em 2023 o valor de R\$ 42.073,28, a variação explica-se pela aquisição de R\$ 6.110,00 de bens móveis no exercício. Todos os bens desde a sua aquisição foram depreciados utilizando o método linear, aplicando de forma constante uma mesma taxa de depreciação anual proporcional a vida útil do bem. Os bens estão distribuídos nas contas contábeis conforme demonstrado na tabela a seguir.

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://etec.de-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 51951343-661041b0965f-0d21db35aff8

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

	2023	2022
Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	R\$ 19.111,19	R\$ 19.111,19
Outros Bens Móveis	R\$ 22.962,09	R\$ 16.852,09
(-) Depreciação acumulada - Bens Móveis	-R\$ 8.810,76	-R\$ 5.430,71
TOTAL	R\$ 33.262,52	R\$ 30.532,57

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35a4f8

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

1.1 Passivo Circulante:

Benefícios Previdenciários a Pagar – O valor de R\$ 702.681,10 corresponde a folha de pagamento dos aposentados da competência de dezembro de 2022 foi pago em janeiro de 2023

Valores restitutíveis – O valor de R\$ 563.486,82 corresponde a saldo de depósitos e consignações do exercício e de exercícios anteriores conforme dívida flutuante.

Passivo Não Circulante:

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validarDocumento.aspx> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af78

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

Provisões a Longo Prazo - O montante de R\$ 431.231.574,88 diz respeito ao registro das Provisões Matemáticas Previdenciárias provenientes da avaliação atuarial data base 31 de dezembro de 2023 elaborada pelos atuários Mauricio Zorzi MIBA N° 2458 e Pablo Pinto MIBA N° 2454, conforme detalhado em : 4.1 memória de cálculo da provisão matemática previdenciária

1.3 Patrimônio Líquido:

Resultado Acumulado - O patrimônio líquido da entidade em 2023 foi de - R\$ 427.024.894,09 resultante do acúmulo de déficits do exercício e de exercícios anteriores.

2 Comportamento do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes:

O Ativo Financeiro totalizou R\$ 2.464.423,11 enquanto que o passivo financeiro foi R\$ 594.371,03 advindos das consignações e dos restos a pagar não processados de R\$ 30.884,21. Já o Ativo Permanente desta entidade foi de R\$ 2.305.744,50 referente a soma dos créditos a receber de curto e de longo prazo e do imobilizado e de passivo permanente temos R\$ 431.231.574,88 das provisões matemáticas.

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesso em: https://etc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc:seam Código do documento: 51951343-c61a-4fb0-96c0-0d21db35af88

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

3 Comportamento do Quadro das Contas de Compensação:

- Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

4 Provisões no Período:

Há um tipo de provisão exposto no Passivo Não Circulante: “Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo”. Nele, está disposto o valor estimado de recebimentos e gastos com benefícios previdenciários de servidores que fazem parte do Regime Próprio de Previdência Social.

De acordo com o MCASP, 9ª edição, entende-se por Provisão Matemática Previdenciária a diferença a maior entre os valores provisionados para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano para com seus beneficiários e dependentes e as contribuições correspondentes. Ou seja, provisão matemática

previdenciária, também conhecida como passivo atuarial, representa o valor presente do total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data.

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 519513432061a-4fb5-965b-0d21db35af88

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

Além dessas, está disposto um Plano de Amortização, que são políticas destinadas à cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Essa política pode instalar uma alíquota de contribuição suplementar, ou estabelecer aportes periódicos para cobertura do déficit atuarial.

4.1 Memória de cálculo da Provisão Matemática Previdenciária:

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesso em: https://etc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af78

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)



Exercício de 2023

NOTA EXPLICATIVA

Reservas Matemáticas em 31/12/2023		Reservas Matemáticas - Afogados da Ingazeira	Base de dados em 31/12/2023
PLANO DE CONTAS			
1.2.1.1.2.08.00		Créditos para Amortização de Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização - INTRA OFSS	R\$ 428.480.126,69
1.2.1.1.2.08.01		Valor Atual dos Aportes para Cobertura do Déficit Atuarial	R\$ 0,00
1.2.1.1.2.08.02		Valor Atual da Contribuição Patronal Suplementar para Cobertura do Déficit Atuarial	R\$ 428.480.126,69
1.2.1.1.2.08.03		Valor Atual dos Recursos Vinculados por Lei Para Cobertura do Déficit Atuarial	R\$ 0,00
1.2.1.1.2.08.99		Outros Créditos do RPPS para Amortizar Déficit Atuarial	R\$ 0,00
2.2.7.2.0.00.00		Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	R\$ 431.231.574,88
2.2.7.2.1.00.00		Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	R\$ 431.231.574,88
2.2.7.2.1.01.00		Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.01	Patrimonial	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.02	Patrimonial	(-) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.03	Patrimonial	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.04	Patrimonial	(-) Contribuição do Pensionista para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.05	Patrimonial	(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.07	Patrimonial	(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.01.99	Patrimonial	(-) Outras Deduções	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.00		Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.01	Patrimonial	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.02	Patrimonial	(-) Contribuições do Ente para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.03	Patrimonial	(-) Contribuições do Servidor para o Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.04	Patrimonial	(-) Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.06	Patrimonial	(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.02.99	Patrimonial	(-) Outras Deduções	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.00		Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 225.779.232,59
2.2.7.2.1.03.01	Patrimonial	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 252.559.275,29
2.2.7.2.1.03.02	Patrimonial	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.03	Patrimonial	(-) Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário do RPPS	-R\$ 11.626.486,18
2.2.7.2.1.03.04	Patrimonial	(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.05	Patrimonial	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	-R\$ 15.153.556,52
2.2.7.2.1.03.07	Patrimonial	(-) Aportes Financeiros para Cobertura do Déficit Atuarial - Plano de Amortização	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.03.99	Patrimonial	(-) Outras Deduções	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.04.00		Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 205.452.342,29
2.2.7.2.1.04.01	Patrimonial	Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS	R\$ 278.677.363,37
2.2.7.2.1.04.02	Patrimonial	(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	-R\$ 31.879.769,12
2.2.7.2.1.04.03	Patrimonial	(-) Contribuições do Servidor para o Plano Previdenciário do RPPS	-R\$ 24.795.375,88
2.2.7.2.1.04.04	Patrimonial	(-) Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário do RPPS	-R\$ 14.449.875,89
2.2.7.2.1.04.06	Patrimonial	(-) Aportes para Cobertura do Déficit Atuarial - Plano de Amortização	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.04.99	Patrimonial	(-) Outras Deduções	R\$ 0,00
2.3.6.2.0.00.00		Reservas Atuariais	R\$ 0,00
2.3.6.2.1.00.00		Reserva Atuarial - Consolidação	R\$ 0,00
2.3.6.2.1.01.00		Reservas Atuariais - Fundo em Capitalização	R\$ 0,00
2.3.6.2.1.01.01		Reserva Atuarial para Contingências	R\$ 0,00
2.3.6.2.1.01.02		Reserva Atuarial para Ajustes do Fundo	R\$ 0,00
REGISTROS CONTÁBEIS DO BALANÇO DO ENTE FEDERATIVO			
2.2.7.9.2.09		Valor Atual da Obrigação com a Amortização de Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização	R\$ 428.480.126,69

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFFINO DA SILVA
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af88

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

5 Ativos Imobilizados obtidos a Título Gratuito:

Não há registros para esta entidade.

6 Ativos Intangíveis obtidos a Título Gratuito:

Não há registros para esta entidade.

7 Valor atribuído em Transferências de Ativos:

Não há registros para esta entidade.

E) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

- Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

2. Divulgações não financeiras:

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af78

INST. PREV SERV MUN AFO INGAZEIRA - FUNDO PREVID

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2023)

Exercício de 2023



NOTA EXPLICATIVA

- Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

3. Reconhecimentos de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

- Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

4. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro:

- Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Documento Assinado Digitalmente por: ALESSANDRO PALMEIRA DE VASCONCELOS LEITE, JOSE JOSIVALDO RUFINO DA SILVA
Acesse em: <http://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 519513d3-c61a-4fb5-965b-0d21db35af78